Ibé, 09 dezembro 2021

Solicito por meio desta, a verificação do livro de inscrição na Tribuna do povo, nesta data.

Maria Lucia Marques

Deferido
09/12/21.

Anderson Godoi
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

Senhor Presidente

O Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito encaminha para V. Exa., integralmente, os autos do Procedimento da CPI, criada pela Portaria nº 020/2021, para os devidos fins de direito e posterior arquivamento.

Reiteram-se-lhe os protestos de consideração e respeito.

Tremembé, 20 de outubro de 2021.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº 1537
Data 20/10/2021

Exmo. Sr.

Anderson Aparecido Godoi

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

Senhor Presidente

O Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito encaminha para V. Exa. integralmente, os autos do Procedimento da CPI criada pela Portaria nº 020/2021, para os devidos fins de direito e posterior arquivamento.

Reiteram-se-lhe os protestos de consideração e respeito

Tremembé, 20 de outubro de 2021.

Exmo. Sr.

Anderson Aparecido Godoi

União dos Escoteiros do Brasil - Região São Paulo
Grupo Escoteiro Trapistas de Tremembé- 290/SP
CNPJ :13.932.933/0001-69
Rua Poços de Calda, s/n – Horto Municipal "Duílio Iori

Ao
Ilmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereador
Anderson Aparecido Godoy
Estância Turística de Tremembé

Prezado Senhor:

Eu, abaixo assinado, Décio Alves de Oliveira, Diretor Técnico do Grupo Escoteiro Trapistas de Tremembé, portador do RG nº 18.044.295-8, residente a rua José Higino Siqueira, 23, Jardim Santana, nesta cidade, venho, expor o seguinte: O Grupo Escoteiro Trapistas de Tremembé irá fazer a entrega de certificado de perseverança, em reconhecimento a boa, frequente e efetiva participação nas atividades escoteiras durante o período da pandemia de COVID-19, e a condecoração a da insígnia **"Escoteiro da Pátria"** a quatro (4) Guias, que é o grau máximo do Ramo Sênior (Jovens de 15 a 18 anos).

Solicito, por isso, a V.ex.ª. o empréstimo do salão nobre, com equipamentos de som e imagens, onde ocorrem as cessões solenes para a realização desta comemoração junto com as famílias do Grupo e convidados no dia 20 de novembro das 14 às 18 horas de 2021.

Agradecemos seu apoio

Sempre alerta para servir

I- Defiro;
II- providenciar o necessário;
08/11/21.

Anderson Godoi
Presidente

Tremembé, 08 de novembro de 2021

Décio Alves de Oliveira
Diretor Técnico

"Nosso método de treinamento é educar por dentro, em vez de instruir por fora: oferecer jogos e atividades que também sejam atraentes para os jovens e que o eduquem seriamente nos aspectos morais, mentais e físicos".

AO EXCELENTISSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ/SP:

- URGENTE – CUMPRIMENTO DE LIMINAR

WILSON DIEGO MOREIRA, brasileiro, casado, agente político – vereador do município de Tremembé/SP, portador da cédula de identidade RG nº 47.168.068-0, inscrito no CPF nº 355.879.928-37, residente e domiciliado na rua Estrada José Andrade Filho, 5.184, Poço Grande, Tremembé/SP, CEP 12120-000, vem respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, comunicar a decisão liminar concedida nos autos do processo nº 1001698-33.2021.8.26.0634, agravo de instrumento 2259344-59.2021.8.26.0000, que determina a **SUSPENSÃO** do **DECRETO** nº 01/2020, bem como determina o meu **RETORNO IMEDIATO ao cargo de Vereador**.

I - Informo, ainda, que a decisão já é de **CIÊNCIA** inequívoca desta Egrégia Câmara, em vista de que, na data de ontem, 16.11.2021, foi protocolado, manifestação/recurso nos autos do agravo nº 2259344-59.2021.8.26.0000 (conforme anexo), tomando ciência INEQUIVOCA do CUMPRIMENTO IMEDIATO da LIMINAR.

II - Sendo assim, requeiro, **nos termos da medida liminar concedida pelo Eminente Desembargador RIBEIRO DE PAULA, da 12ª Câmara de Direito Público do Tribunal de São Paulo, que eu, WILSON DIEGO MOREIRA, seja IMEDIATAMENTE reintegrado ao cargo de VEREADOR, sob pena do cometimento de ATO DE IMPROBIDADE e CRIME, a ser respondido pelo Presidente desta casa, e demais servidores que se negarem a cumprirem a referida decisão judicial**.

Termos em que, pede deferimento.

Tremembé, 17 de novembro de 2021.

WILSON DIEGO MOREIRA

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº 1692
Data 17/11/21

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3 DE FEVEREIRO DE 1874

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2259344-59.2021.8.26.0000.9

Comarca de TREMEMBÉ – 2ª Vara – Juiz Luiz Fellippe de Souza Marino.

Agravante: WILSON DIEGO MOREIRA.

Agravado: CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ.

Despacho Corrigido.

VISTOS.

Agravo de instrumento tirado de r. decisão,[1] proferida nos autos de ação anulatória,[2] que indeferiu pedido de concessão de tutela antecipada, objetivando a suspensão dos efeitos do Decreto Legislativo nº 207/2021, bem como o seu retorno ao cargo de vereador.

Sustenta a existência de vícios no processo de cassação, como a decadência (nos termos do art. 5º, VII, do Decreto nº 201/67) e violação às garantias constitucionais (devido processo legal e contraditório/ampla defesa). Pleiteia a antecipação da tutela recursal e final provimento do recurso.

Consta dos autos que o agravante recebeu a notificação pessoal da denúncia em **28/06/2021** (fl. 46 dos autos originais), a ata da sessão de votação que deu ensejo à cassação ocorreu somente em **22/10/2021** (fl. 243 dos autos originais), com a publicação do Decreto Legislativo 207/2021, na mesma data.

[1] Reproduzida a fl. 129 dos autos principais.
[2] Feito nº 1001698-33.2021.8.26.0634.

17/11/21

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE MANOEL RIBEIRO DE PAULA, liberado nos autos em 16/11/2021 às 17:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2259344-59.2021.8.26.0000 e código 177EFB6C.

Em cognição sumária, nos termos do art. 5º, inciso VII, do Decreto-Lei nº 201/67, ao que tudo indica o prazo decadencial de 90 dias para a conclusão do processo administrativo foi extrapolado.

Pela relevância da fundamentação e receio de dano de difícil reparação, respeitado o entendimento do MM. Juiz *a quo*, **antecipo os efeitos da tutela recursal** para determinar a provisória suspensão do Decreto Legislativo nº 01/2020 e o retorno do agravante ao cargo de vereador, até julgamento definitivo da demanda, sem perigo de irreversibilidade da medida, mas com possibilidade de ocorrência de dano irreversível para o agravante.

Oficie-se ao MM. Juiz da causa, com cópia desta decisão, **dispensadas** informações.

Intime-se a parte agravada para responder, querendo, no prazo legal.

Vista, oportunamente, à douta PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.

Intime-se.

Itapetininga, 16 de novembro de 2021.

Desembargador RIBEIRO DE PAULA
RELATOR

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE MANOEL RIBEIRO DE PAULA, liberado nos autos em 16/11/2021 às 17:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2259344-59.2021.8.26.0000 e código 177EFB6C.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE JUNTADA AUTOMÁTICA

Processo nº:	**2259344-59.2021.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Afastamento do Cargo**
Agravante:	**Wilson Diego Moreira**
Agravado:	**Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé**

Junta-se a estes autos a petição protocolada que segue.

São Paulo, 16 de novembro de 2021.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 16/11/2021 às 17:54 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2259344-59.2021.8.26.0000 e código 177F8DE3.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - DOUTOR RIBEIRO DE PAULA.

"Notificação da denúncia da Comissão Processante para o acusado ocorrida em 04/08/2021 (fls. 77) e votação da cassação e emissão do Decreto Legislativo nº 207/2021 em 22/10/2021 (fls. 243-244), ou seja, 79 dias transcorridos."

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2259344-59.2021.8.26.0000.9.
Comarca de TREMEMBÉ 2ª Vara Juiz Luiz Fellippe de Souza Marino.
Agravante: WILSON DIEGO MOREIRA.
Agravado: CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, representado por Presidente Anderson Aparecido Godoi, já qualificados a fls., vem respeitosamente perante Vossa Excelência, tendo em vista a certidão de fls. 132, reiterar o Agravo Interno anteriormente protocolado.

fls. 132

CERTIDÃO

Autos: 2259344-59.2021.8.26.0000
Classe: Agravo de Instrumento

Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:
Despacho equivocadamente assinado.
São Paulo, 16 de novembro de 2021.

Rodolfo Moraes Amaral

16:14 .
344-59.2021.8.26.0000 e código 177E5BF9.

Por fim, oportuno registrar, que o Processo de Cassação disciplinado pelo Decreto-Lei 201/1967, passou a existir a partir da sua instauração em **02/08/2021 – fls. 188/189**, e o prazo de 90 dias iniciou-se no dia **04/08/2021, com a notificação do agravante (fls. 77),** ou seja, transcorreu apenas

17-11-21

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBSON CARDOSO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 16/11/2021 às 17:29 , sob o número WPRO21013894839.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2259344-59.2021.8.26.0000 e código 177F8D3C.

79 (setenta e nove) dias até o termino do Processo de Cassação, a qual ocorreu no dia 22.10.2021 – fls. 251.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Tremembé, 16 de novembro de 2021.

Robson Cardoso
OAB/SP nº 180.244

17-11-21

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBSON CARDOSO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 16/11/2021 às 17:29 , sob o número WPRO21013894839.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2259344-59.2021.8.26.0000 e código 177F8D3C.

TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

GABINETE DO CONSELHEIRO
RENATO MARTINS COSTA
(11) 3292-3250 (11) 3292-3499 – gcrmc@tce.sp.gov.br

São Paulo, 24 de junho de 2021.

Ofício GCRMC nº 1159/2021
TC-000698.989.18-3, TC-000715.989.18-2 e TC-004333.989.17-6

Senhor Presidente

Pelo presente, encaminho a Vossa Excelência, na conformidade do disposto no inciso XV, do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, cópia do inteiro teor das decisões da E. Segunda Câmara e do E. Tribunal Pleno desta Corte, publicadas no DOE de 22/9/2020 e 23/4/2021, para as providências cabíveis.

Por oportuno, alerto-o de que o decidido não é suscetível de revisão por esse Legislativo, conforme Deliberação desta Corte de Contas exarada no Processo TC-A-010535/026/94, publicada no Diário Oficial do Estado de 10/11/94.

Apresento a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

I- Ciente 27/10/21
II- A Procuradoria p/ providências.

DIMAS RAMALHO
Conselheiro-Presidente
Segunda Câmara

Anderson Godoi
Presidente

Excelentíssimo Senhor
ANDERSON APARECIDO DE GODÓI
Presidente da Câmara Municipal de Tremembé
TREMEMBÉ – SP
mds

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DIMAS EDUARDO RAMALHO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-CALL-HUM0-5A3R-DLIW

TCs-000698.989.18-3; 000715.989.18-2 e 004333.989.17-6
Municipal

DECISÃO DA SEGUNDA CÂMARA

DATA DA SESSÃO – 21-07-2020

Pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, e Dimas Ramalho e do Auditor Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, a E. Câmara, diante do exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidiu julgar procedente a Representação tratada no TC-004333.989.17-6, bem como irregulares o Convite nº 05/2017 e os Contratos nºs 18 e 19, de 24/02/2017, celebrados pela Prefeitura Municipal de Tremembé com as empresas BPA Comércio e Serviços de Equipamentos de Som Ltda. e A. M. Figueira Eventos ME., acionando-se, por conseguinte, o previsto no inciso XV, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93.

Decidiu, ainda, com fundamento no artigo 104, inciso II, do mencionado diploma legal, aplicar ao Responsável, Senhor Marcelo Vaqueli (Prefeito), multa no equivalente pecuniário de 160 (cento e sessenta) Ufesps, a ser recolhida ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas do Estado, nas agências do Banco do Brasil, na forma da Lei nº 11.077, de 20 de março de 2002, autorizando-se o Cartório, decorrido o prazo recursal e ausente prova junto a este Tribunal do recolhimento efetuado, no prazo constante da notificação prevista no artigo 86 da Lei Orgânica desta Corte de Contas, a inscrever o débito na Dívida Ativa, visando à posterior cobrança judicial.

PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JOÃO PAULO GIORDANO FONTES

- Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1.
- Ao Cartório do Relator para:
  - redação e publicação do acórdão.
  - vista e extração de cópias no prazo recursal.
  - juntar ou certificar.
  - oficiar à Câmara Municipal para as devidas providências, nos termos do inciso XV, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, se inexistir recurso, encaminhando cópia de peças dos autos (relatório e voto, e acórdão).
- Á Fiscalização competente para:
  - anotações.
- Ao Cartório do Relator para:
  - certificar sobre as medidas adotadas e submeter os autos, em qualquer caso, ao Relator.

SDG-1, em 23 de julho de 2020

ALEXANDRE TEIXEIRA CARSOLA
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL SUBSTITUTO

SDG-1/ESBP/pi/cleo/rpl

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ALEXANDRE TEIXEIRA CARSOLA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-KP84-E49Y-5I7M-87WM

SEGUNDA CÂMARA – SESSÃO DE 21/07/2020 – ITENS 13 a 15

TC-000698.989.18-3

Contratante: Prefeitura Municipal de Tremembé.

Contratada: BPA Comércio e Serviços de Equipamentos de Som Ltda. – ME.

Objeto: Locação de tendas e supedâneos para os festejos carnavalescos de 2017.

Responsável pela Abertura e Homologação do Certame Licitatório, e pelo Instrumento: Marcelo Vaqueli (Prefeito).

Em Julgamento: Licitação – Convite. Contrato de 24-02-17. Valor – R$26.400,00. Justificativas apresentadas em decorrência de assinaturas de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelos Conselheiros Antonio Roque Citadini e Renato Martins Costa, publicadas no D.O.E. de 10-04-18 e 24-01-2020.

Advogados: Meire Xavier Simão (OAB/SP nº 190.831), Marco Antonio Queiroz Moreira (OAB/SP nº 115.666), Rita de Cássia da Silva (OAB/SP nº 356.013) e Cláudio Antunes de Oliveira (OAB/SP nº 396.034).

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalizada por: UR-14 – DSF-II.

Fiscalização atual: UR-14 – DSF-I.

TC-000715.989.18-2

Contratante: Prefeitura Municipal de Tremembé.

Contratadas: AM Figueira Eventos – ME.

Objeto: Locação de banheiros químicos, grades de proteção, chapas divisórias e tendas para os festejos carnavalescos de 2017.

Responsável pelo Instrumento: Marcelo Vaqueli (Prefeito).

Em Julgamento: Licitação – Convite (analisada no TC-000698.989.18-3). Contrato de 24-02-17. Valor – R$47.320,00. Justificativas apresentadas em decorrência de assinaturas de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini e Conselheiro Renato Martins Costa, publicadas no D.O.E. de 23-03-18 e 24-01-2020.

Advogados: Meire Xavier Simão (OAB/SP nº 190.831), Marco Antonio Queiroz Moreira (OAB/SP nº 115.666), Rita de Cássia da Silva (OAB/SP nº 356.013) e Cláudio Antunes de Oliveira (OAB/SP nº 396.034).

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalizada por: UR-14 – DSF-II.

Fiscalização atual: UR-14 – DSF-I.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: PAULO ISHIKAWA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-KP9M-AMFA-6A4U-7GM7

REPRESENTAÇÃO
TC-004333.989.17-6
Representante: Ban Maq Comércio e Locação de Bens Móveis Ltda. – EPP.
Representado: Prefeitura Municipal de Tremembé.
Responsável: Marcelo Vaqueli (Prefeito).
Assunto: Comunica possível irregularidade em sua inabilitação no Convite nº 05/17, promovido pelo Executivo Municipal de Tremembé, objetivando a locação de banheiros químicos, grades de proteção, chapas divisórias, tendas e supedâneos para os festejos carnavalescos de 2017. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Renato Martins Costa, publicada no D.O.E. de 24-01-2020.
Advogado: Alan Acquaviva Carrano (OAB/SP nº 197.557).
Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.
Fiscalizada por: UR-14 – DSF-II.
Fiscalização atual: UR-14 – DSF-I.

EMENTA: REPRESENTAÇÃO - PROCEDENTE – LICITAÇÃO - CONVITE – CLÁUSULAS RESTRITIVAS – EMPRESA INABILITADA IRREGULARMENTE - CONTRATOS – IRREGULARES.

RELATÓRIO

Em exame, no TC-004333.989.17-6, Representação formulada pela empresa Ban Maq Comércio e Locação de Bens Móveis Ltda., comunicando possível irregularidade cometida pelo Executivo Municipal de Tremembé na condução do Convite nº 05/2017, destinado à locação de banheiros químicos, grades de proteção, chapas divisórias e tendas, supedâneos para os festejos carnavalescos em 2017.

Insurgiu-se contra o ato da Comissão de Licitação que a inabilitou no certame por não possuir Certificado de Registro Cadastral, o qual não teria sido emitido em razão de negligência da própria Municipalidade, uma vez que entregara toda a documentação necessária.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE P... PAULO ISHIKAWA. Sistema e-TCESP. Para obter infr... ações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - '... Validar documento digital' e informe o código do docur... .to: 2-KP9M-AMFA-6A4U-7GM7

À vista da Representação, dois processos foram autuados para análise da licitação e decorrentes contratos, a saber:

- TC-000698.989.18-3: Convite nº 05/2017 e Contrato nº 18/2017, de 24/2/17 e valor de R$ 26.400,00, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e a empresa BPA Comércio e Serviços de Equipamentos de Som Ltda., visando à locação de tendas e supedâneos para os festejos carnavalescos de 2017.

- TC-000715.989.18-2: Contrato nº 19/2017, de 24/2/17, no valor de R$ 26.400,00, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e a empresa A.M. Figueira Eventos ME, visando à locação de banheiros químicos, grades de proteção, chapas divisórias e tendas para os festejos carnavalescos de 2017.

A Equipe de Fiscalização da UR-14 procedeu à instrução da matéria, elaborando os relatórios constantes dos eventos 23.2 do TC-004333.989.17-6, 14.2 do TC-000698.989.18-3 e 14.1 do TC-000715.989.18-2, concluindo pela improcedência da Representação e irregularidade da Licitação e também dos Contratos.

Entendeu que a representante não atendeu ao prazo fixado de 3 (três) dias úteis anteriores ao recebimento da proposta para o cadastramento exigido.

Não obstante, ao instruir os processos relativos à licitação e contratos, apontou as seguintes irregularidades: **a)** exigência de CRC com os documento de habilitação, considerada restritiva à participação; **b)** exigência de Certidão de recuperação judicial; **c)** exigências de certidões em desacordo com o artigo 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93; e **d)** ausência de cadastro da autoridade signatária responsável.

Notificados os interessados nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93[1], compareceu a origem com as justificativas

[1] Despachos publicados no DOE, edições de 10/4/18 e 24/1/2020 (eventos 24.1 e 68.1 do TC-000698.989.18-3; 24.1 e 78.1 do TC-000715.989.18-2 e 72.1 do TC-004333.989.17-6).

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: PAULO ISHIKAWA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-KP9M-AMFA-6A4U-7GM7

constantes dos eventos 74.1 do TC-004333.989.17-6; 29.1/29.12 e 68.1 do TC-000698.989.18-3; e 29.1/29.12 e 80.1 do TC-000715.989.18-2.

Sustentou a legalidade da exigência do Certificado de Registro Cadastral às empresas não convidadas, alegando que tal imposição estaria inserida no poder discricionário da Administração, de modo que apenas mediante prévio cadastro poderiam participar de licitações na modalidade Convite.

Quanto à violação da Súmula nº 50 deste E. Tribunal, sustentou que a Municipalidade não dispôs de tempo hábil para retificar o edital desde a sua edição em 15/12/2016.

Negou impropriedade quanto à exigência de comprovação da regularidade fiscal por meio de Certidão Negativa de Débito, eis que não houve qualquer impedimento à comprovação por meio de Certidão Positiva com efeitos de Negativa, não havendo que se falar em restritividade quanto a isso.

Por fim, encaminhou o cadastro da autoridade signatária, justificando que deixou de fazê-lo antes, por conta da Resolução nº 03/2017 ter da revogado o inciso XVIII, do artigo 83 das Instruções nº 02/2016.

O douto Ministério Público de Contas entendeu acertada a inabilitação da recorrente, a qual, não sendo convidada a participar do certame, também não teria apresentado a documentação necessária em prazo hábil.

Aduziu, ademais, que embora a Prefeitura não tenha deixado clara a possibilidade de apresentação de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, restou evidenciado que nenhum licitante foi inabilitado por esse motivo, podendo a falha ser afastada.

Não obstante, a regularidade do certame e decorrentes contratos acabou comprometida por conta da violação da Súmula nº 50 deste E. TCESP,

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE P
http://e-processo.tce.sp.gov.br - PAULO ISHIKAWA. Sistema e-TCESP. Para obter infr
Validar documento digital' e informe o código do docur
ações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse
o: 2-KP9M-AMFA-6A4U-7GM7

já que o item 3.3.1 do edital teria impedido a participação de empresas que se encontravam em recuperação judicial.

Concluiu, assim, pela improcedência da representação e pela irregularidade da licitação e dos contratos, propondo aplicação de multa ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93 (eventos 49.1 e 93.1 do TC-004333.989.17-6; 45.1 e 87.1 do TC-000698.989.18-3; e 45.1 e 100.1 do TC-000715.989.18-2).

SDG divergiu do d. MPC apenas quanto à representação, manifestando-se pela sua procedência.

No mais, concordou quanto à irregularidade da licitação e dos contratos, bem como aplicação de multa ao responsável.

Destacou que a falha relativa à ausência de envio de cadastro da autoridade signatária responsável a este E. Tribunal deveria ser afastada, já que referido documento foi apresentado posteriormente, corrigindo a falha meramente formal.

Entendeu, também, que o lapso relativo à comprovação da regularidade fiscal por meio de CND deveria igualmente ser afastado, já que não deu causa ao alijamento de empresas interessadas na disputa, bem como não está a exigência divorciada da hipótese prevista no artigo 206 do Código Tributário Nacional.

Já as exigências de Certificado de Registro Cadastral como documento de habilitação e o impedimento à participação de empresas em recuperação judicial constituem falhas que, a seu ver, comprometem a regularidade da matéria, por frustrarem efetivamente a isonomia e a competitividade do certame, violando os artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e o artigo 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Asseverou que o artigo 22, § 3º, da Lei de Licitações e Contratos, admite a participação de empresas cadastradas ou não em licitações na

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: PAULO ISHIKAWA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-KP9M-AMFA-6A4U-7GM7

modalidade convite, o que não restou observado pela Administração no presente caso, restando a representada inabilitada e impedida de seguir na disputa.

Disse, ainda, que o impedimento à participação de empresas em recuperação judicial corrobora o caráter restritivo do certame, não devendo prevalecer a tese esposada pela origem, já que a Súmula nº 50 estava em vigor à época e a Municipalidade deixou de seguir o entendimento desta E. Corte quando do lançamento do edital à praça (eventos 63.1 e 85.1 do TC-004333.989.17-6; 58.1 e 79.1 do TC-000698.989.18-3; e 45.1 e 92.1 do TC-000715.989.18-2).

É o relatório.

EJK.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE P... PAULO ISHIKAWA. Sistema e-TCESP. Para obter infr... ações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - '... Validar documento digital' e informe o código do docu... to: 2-KP9M-AMFA-6A4U-7GM7

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: PAULO ISHIKAWA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-KP9M-AMFA-6A4U-7GM7

VOTO

Afasto, de início, as falhas apontadas quanto à ausência de envio de cadastro da autoridade signatária responsável a este E. Tribunal e à exigência de comprovação da regularidade fiscal por meio de Certidão Negativa de Débito, já que a primeira se trata de falha formal corrigida, pelo encaminhamento do documento a esta E. Corte, enquanto que a segunda não impediu a apresentação de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, bem como não deu causa à inabilitação de proponente.

As falhas remanescentes, no entanto, comprometem a regularidade da matéria.

Refiro-me às exigências de Certificado de Registro Cadastral como documento de habilitação e ao impedimento à participação de empresas em recuperação judicial, por frustrarem a isonomia e a competitividade do certame, configurando violação às normas previstas nos artigos 37, inciso XXI, da Constituição Federal e 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

A situação é agravada pelo fato de que a inabilitação da representante por não possuir Certificado de Registro Cadastral, o qual deveria ser emitido pela própria representada, impediu a ampliação da disputa pelo objeto, frustrando o direito da empresa de integrar o torneio.

Ademais, a exigência contida no subitem 2.1.1[2] do chamamento diz respeito a tomada de preços, enquanto a modalidade convite permite a participação de interessados do ramo pertinente ao seu objeto, **cadastrados ou não**, conforme se vê pelos §§ 2º e 3º, do artigo 22 da Lei nº 8.666/93[3].

---

[2] 2.1.1. Além das empresas convidadas, poderão participar da licitação as empresas devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé ou em outro órgão público, ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas.

[3] Art. 22 [...]

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PAULO ISHIKAWA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-KP9M-AMFA-6A4U-7GM7

Insta consignar que a representante manifestou inequívoco interesse em participar do certame, procedendo à entrega dos documentos à Prefeitura com a antecedência exigida; porém, o CRC requisitado no edital[4] não foi emitido pela Municipalidade a tempo, sob a alegação de que o prazo para tanto ainda não havia se esgotado.

Por fim, não há como prevalecer a alegação da defesa de que a Administração não dispôs de tempo hábil para ajustar o edital à Súmula nº 50 deste E. Tribunal, uma vez que o chamamento ocorreu em 08/2/17 (evento 1.14 do TC-000698.989.18-3), enquanto a referida Súmula, aprovada pela Resolução nº 10/2016, foi publicada no Diário Oficial do Estado de 15/12/2016, mais de um mês antes do certame, tempo suficiente para a necessária adequação do edital.

Diante do exposto, filiando-me às manifestações da SDG e do douto Ministério Público de Contas, meu **VOTO julga procedente a Representação tratada no TC-004333.989.17-6 e irregulares o Convite nº 05/2017 e os Contratos nºs 18 e 19, de 24/2/17, celebrados pela Prefeitura Municipal de Tremembé com as empresas BPA Comércio e Serviços de Equipamentos de Som Ltda. e A. M. Figueira Eventos ME., acionando-se, por conseguinte, o previsto no inciso XV, do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93.**

Ainda por pertinente, acolho propostas da SDG e do douto MPC para, nos termos do inciso II, do artigo 104 do mesmo diploma legal, aplicar ao responsável Marcelo Vaqueli (Prefeito) multa no equivalente pecuniário de 160 (cento e sessenta) UFESPs, a ser recolhida ao Fundo Especial de Despesa do

§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

[4] 2.1.2. As empresas que manifestarem interesse deverão comprovar o cadastramento via cópia do CRC da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé ou de qualquer outro órgão público.

Tribunal de Contas do Estado, nas agências do Banco do Brasil, na forma da Lei nº 11.077, de 20 de março de 2002.

Decorrido o prazo recursal e ausente a prova junto a este Tribunal do recolhimento efetuado, no prazo constante da notificação prevista no artigo 86 da Lei Complementar nº 709/93, o Cartório fica autorizado a inscrever os débitos na dívida ativa, visando à posterior cobrança judicial.

RENATO MARTINS COSTA
Conselheiro

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: PAULO ISHIKAWA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-KP9M-AMFA-6A4U-7GM7

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

PROCESSO:	**00004333.989.17-6**
REPRESENTANTE:	▪ BAN MAQ COMERCIO E LOCACAO DE BENS MOVEIS LTDA (CNPJ 04.411.300/0001-14) ▪ **ADVOGADO:** ALAN ACQUAVIVA CARRANO (OAB/SP 197.557)
REPRESENTADO(A):	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE (CNPJ 46.638.714/0001-20)
ASSUNTO:	Representação contra decisão de inabilitação da peticionária no Convite 05/2017 da Prefeitura de Tremembé/SP
EXERCÍCIO:	2017
INSTRUÇÃO POR:	UR-14
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S):	00000698.989.18-3, 00000715.989.18-2

PROCESSO:	**00000698.989.18-3**
CONTRATANTE:	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE (CNPJ 46.638.714/0001-20)
CONTRATADO(A):	▪ BPA COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS DE SOM LTDA (CNPJ 02.216.148/0001-93)
INTERESSADO(A):	▪ MARCELO VAQUELI (CPF 103.921.948-99) ▪ **ADVOGADO:** MEIRE XAVIER SIMAO (OAB/SP 190.831) / (OAB/SP 356.013) / (OAB/SP 396.034)
ASSUNTO:	Processo Interno nº 703/2017. LICITAÇÃO: Convite nº 05/2017. CONTRATO: nº 18/2017, de 24/02/2017. OBJETO: Contratação de empresa para locação de tendas e supedâneos para os festejos carnavalescos de 2017.
EXERCÍCIO:	2017
INSTRUÇÃO POR:	UR-14
PROCESSO PRINCIPAL:	4333.989.17-6

PROCESSO:	**00000715.989.18-2**
CONTRATANTE:	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE (CNPJ 46.638.714/0001-20) ▪ **ADVOGADO:** MEIRE XAVIER SIMAO (OAB/SP 190.831) / (OAB/SP 356.013) / (OAB/SP 396.034)
CONTRATADO(A):	▪ A. M. FIGUEIRA EVENTOS (CNPJ 10.276.979/0001-89)
INTERESSADO(A):	▪ MARCELO VAQUELI (CPF 103.921.948-99)
ASSUNTO:	Processo Interno nº 703/2017. LICITAÇÃO: Convite nº 05/2017. CONTRATO: nº 19/2017, de 24/02/2017. OBJETO: Contratação de empresa para locação de banheiros químicos, grades de proteção, chapas divisórias e tendas para os festejos carnavalescos de 2017.
EXERCÍCIO:	2017
INSTRUÇÃO POR:	UR-14
PROCESSO PRINCIPAL:	4333.989.17-6

RELATOR - CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Não houve discussão. O relatório e voto correspondem ao inteiro teor das notas taquigráficas referentes à 18ª sessão ordinária da Segunda Câmara do dia 21 de julho de 2020.

São Paulo, 23 de julho de 2020

Paulo Ishikawa

Assessor Técnico de Gabinete I
SDG-1

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: PAULO ISHIKAWA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-KPBJ-0DVU-563V-5L63

A C Ó R D Ã O

TC-000698.989.18-3
Contratante: Prefeitura Municipal de Tremembé.
Contratada: BPA Comércio e Serviços de Equipamentos de Som Ltda. – ME.
Objeto: Locação de tendas e supedâneos para os festejos carnavalescos de 2017.
Responsável pela Abertura e Homologação do Certame Licitatório, e pelo Instrumento: Marcelo Vaqueli (Prefeito).
Em Julgamento: Licitação – Convite. Contrato de 24-02-17. Valor – R$26.400,00. Justificativas apresentadas em decorrência de assinaturas de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelos Conselheiros Antonio Roque Citadini e Renato Martins Costa, publicadas no D.O.E. de 10-04-18 e 24-01-2020.
Advogados: Meire Xavier Simão (OAB/SP nº 190.831), Marco Antonio Queiroz Moreira (OAB/SP nº 115.666), Rita de Cássia da Silva (OAB/SP nº 356.013) e Cláudio Antunes de Oliveira (OAB/SP nº 396.034).
Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.
Fiscalizada por: UR-14 – DSF-II.
Fiscalização atual: UR-14 – DSF-I.

TC-000715.989.18-2
Contratante: Prefeitura Municipal de Tremembé.
Contratadas: AM Figueira Eventos – ME.
Objeto: Locação de banheiros químicos, grades de proteção, chapas divisórias e tendas para os festejos carnavalescos de 2017.
Responsável pelo Instrumento: Marcelo Vaqueli (Prefeito).
Em Julgamento: Licitação – Convite (analisada no TC-000698.989.18-3). Contrato de 24-02-17. Valor – R$47.320,00. Justificativas apresentadas em decorrência de assinaturas de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini e Conselheiro Renato Martins Costa, publicadas no D.O.E. de 23-03-18 e 24-01-2020.
Advogados: Meire Xavier Simão (OAB/SP nº 190.831), Marco Antonio Queiroz Moreira (OAB/SP nº 115.666), Rita de Cássia da Silva (OAB/SP nº 356.013) e Cláudio Antunes de Oliveira (OAB/SP nº 396.034).

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: RENATO MARTINS COSTA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-P38I-J0GD-6B9G-ML99

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.
Fiscalizada por: UR-14 – DSF-II.
Fiscalização atual: UR-14 – DSF-I.
REPRESENTAÇÃO
TC-004333.989.17-6
Representante: Ban Maq Comércio e Locação de Bens Móveis Ltda. – EPP.
Representado: Prefeitura Municipal de Tremembé.
Responsável: Marcelo Vaqueli (Prefeito).
Assunto: Comunica possível irregularidade em sua inabilitação no Convite nº 05/17, promovido pelo Executivo Municipal de Tremembé, objetivando a locação de banheiros químicos, grades de proteção, chapas divisórias, tendas e supedâneos para os festejos carnavalescos de 2017. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Renato Martins Costa, publicada no D.O.E. de 24-01-2020.
Advogado: Alan Acquaviva Carrano (OAB/SP nº 197.557).
Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.
Fiscalizada por: UR-14 – DSF-II.
Fiscalização atual: UR-14 – DSF-I.

REPRESENTAÇÃO - PROCEDENTE – LICITAÇÃO - CONVITE – CLÁUSULAS RESTRITIVAS – EMPRESA INABILITADA IRREGULARMENTE - CONTRATOS – IRREGULARES.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julga procedente a Representação tratada no TC-004333.989.17-6 e irregulares o Convite nº 05/2017 e os Contratos nºs 18 e 19, de 24/2/17, celebrados pela Prefeitura Municipal de Tremembé com as empresas BPA Comércio e Serviços de Equipamentos de Som Ltda. e A. M. Figueira Eventos ME., acionando-se, por conseguinte, o previsto no inciso XV, do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE P RENATO MARTINS COSTA. Sistema e-TCESP. Para acesse http://e-processo.tce.sp.go... - link 'Validar documento digital' e informe o código do d... r informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original ...mento: 2-P38I-J0GD-6B9G-ML99

Decide ainda, nos termos do inciso II, do artigo 104 do mesmo diploma legal, aplicar ao responsável Marcelo Vaqueli (Prefeito) multa no equivalente pecuniário de 160 (cento e sessenta) UFESPs, a ser recolhida ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas do Estado, nas agências do Banco do Brasil, na forma da Lei nº 11.077, de 20 de março de 2002.

Decorrido o prazo recursal e ausente a prova junto a este Tribunal do recolhimento efetuado, no prazo constante da notificação prevista no artigo 86 da Lei Complementar nº 709/93, o Cartório fica autorizado a inscrever os débitos na dívida ativa, visando à posterior cobrança judicial.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 4 de agosto de 2020.

RENATO MARTINS COSTA **PRESIDENTE E RELATOR**

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: RENATO MARTINS COSTA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-P38I-J0GD-6B9G-ML99

TC-023239.989.20-5
TC-023249.989.20-3
Municipal

DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO

DATA DA SESSÃO – 07-04-2021

Pelo voto da Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, Relatora, e dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Dimas Ramalho e Sidney Estanislau Beraldo, preliminarmente o E. Plenário conheceu do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto da Relatora, juntado aos autos, negou-lhe provimento, a fim de que se mantenha inalterada a decisão recorrida, pelos próprios e jurídicos fundamentos, inclusive quanto à sanção pecuniária aplicada ao Prefeito responsável, Senhor Marcelo Vaqueli, autoridade que homologou o procedimento licitatório e firmou os ajustes, e que encontra inquestionável esteio no artigo 104, inciso II, da Lei Complementar n° 709/93.

PRESIDENTE – CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES
PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS THIAGO PINHEIRO LIMA

Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1.

- Ao Cartório do Conselheiro Robson Marinho para:
  - redação e publicação do acórdão.
- Ao arquivo.

SDG-1, em 08 de abril de 2021

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

SDG-1/ESBP/pi/mer/ms

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SERGIO CIQUERA ROSSI. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-26TH-E9R8-710A-6X6X

Conselheira-Substituta Silvia Monteiro
Tribunal Pleno
Sessão: **7/4/2021**

31 TC-023239.989.20-5 - RECURSO ORDINÁRIO (ref. TC-004333.989.17-6 e outros)
Recorrente(s): Marcelo Vaqueli – Ex-Prefeito do Município de Tremembé.
Assunto: Contratos entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e as empresas BPA Comércio e Serviços de Equipamentos de Som Ltda. – ME e AM Figueira Eventos – ME, objetivando a locação de banheiros químicos, grades de proteção, chapas divisórias, tendas e supedâneos para os festejos carnavalescos de 2017, nos valores de R$26.400,00 e R$47.320,00, e Representação formulada por Ban Maq Comércio e Locação de Bens Móveis Ltda. – EPP, acerca de possível irregularidade em sua inabilitação no processo licitatório que precedeu o ajuste.
Responsável(is): Marcelo Vaqueli (Prefeito).
Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 22-09-20, que julgou procedente a representação e irregulares o convite e os contratos, acionando o disposto no artigo 2º, inciso XV, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 160 UFESPs ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.
Advogado(s): Anthero Mendes Pereira Júnior (OAB/SP nº 180.414), Roberta Rodrigues da Silva (OAB/SP nº 352.309), Meire Xavier Simão (OAB/SP nº 190.831), Marco Antonio Queiroz Moreira (OAB/SP nº 115.666), Rita de Cássia da Silva (OAB/SP nº 356.013), Cláudio Antunes de Oliveira (OAB/SP nº 396.034) e Alan Acquaviva Carrano (OAB/SP nº 197.557).
Procurador(es) de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Junior.
Fiscalização atual: UR-14.

32 TC-023249.989.20-3 - RECURSO ORDINÁRIO (ref. TC-004333.989.17-6 e outros)
Recorrente(s): Prefeitura Municipal de Tremembé.
Assunto: Contratos entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e as empresas BPA Comércio e Serviços de Equipamentos de Som Ltda. – ME e AM Figueira Eventos – ME, objetivando a locação de banheiros químicos, grades de proteção, chapas divisórias, tendas e supedâneos para os festejos carnavalescos de 2017, nos valores de R$26.400,00 e R$47.320,00, e Representação formulada por Ban Maq Comércio e Locação de Bens Móveis Ltda. – EPP, acerca de possível irregularidade em sua inabilitação no processo licitatório que precedeu o ajuste.
Responsável(is): Marcelo Vaqueli (Prefeito).
Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 22-09-20, que julgou procedente a representação e irregulares o convite e os contratos, acionando o disposto no artigo 2º, inciso XV, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 160 UFESPs ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.
Advogado(s): Meire Xavier Simão (OAB/SP nº 190.831), Marco Antonio Queiroz Moreira (OAB/SP nº 115.666), Rita de Cássia da Silva (OAB/SP nº 356.013), Cláudio Antunes de Oliveira (OAB/SP nº 396.034) e Alan Acquaviva Carrano (OAB/SP nº 197.557).
Procurador(es) de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Junior.
Fiscalização atual: UR-14.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. CONVITE. CLÁUSULAS RESTRITIVAS. EMPRESA IRREGULARMENTE AFASTADA DO CERTAME. CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-26UX-L8K3-6U5J-2VFH

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR LVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES. Sistema e-TCE Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código de documento: 3-26UX-L8K3-6U5J-2VFH

Relatório

Em exame, **Recurso Ordinário** interposto pela **Prefeitura Municipal de Tremembé** e pelo **Sr. Marcelo Vaqueli,** prefeito à época, contra o v. acórdão da Colenda Segunda Câmara[1], que julgou **procedente** a representação tratada no eTC-4333.989.17-6 e **irregulares** o Convite nº 05/2017 e os Contratos nºs 18 e 19, de 24/2/17, firmados com as empresas BPA Comércio e Serviços de Equipamentos de Som Ltda. e A. M. Figueira Eventos ME, com vistas à *"locação de banheiros químicos, grades de proteção, chapas divisórias e tendas, supedâneos para os festejos carnavalescos em 2017".*

O *decisum* recorrido censurou a exigência de Certificado de Registro Cadastral como documento de habilitação, situação agravada pela inabilitação da representante que manifestou inequívoco interesse em participar do certame, procedendo à entrega dos documentos à Prefeitura com a antecedência exigida, porém, o CRC requisitado no edital não foi emitido pela Municipalidade a tempo. Destacou, ainda, que a exigência contida no subitem 2.1.1 2 do chamamento diz respeito a tomada de preços, enquanto a modalidade convite permite a participação de interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, conforme se vê pelos §§ 2º e 3º, do artigo 22 da Lei nº 8.666/93. Condenou, ainda, o impedimento à participação de empresas em recuperação judicial, por frustrar a isonomia e a competitividade do certame.

Em suas razões, o recorrente afirma que a exigência de apresentação do Registro Cadastral não se refere a documento de habilitação e sim condição de participação no certame, tendo por finalidade *"eliminar a documentação referente à habilitação jurídica da licitante, tornando o certame*

[1] eTCs-4333.989.17-6, 698.989.18-3 e 715.989.18-2, Sessão de 21/07/2020, sob a relatoria do e. Conselheiro Renato Martins Costa.

mais célere e trazendo maior segurança jurídica a contratação". Registra, ainda, que na modalidade utilizada *"as empresas participantes são convidadas a participar, estendendo à possibilidade de participação as empresas cadastradas na correspondente especialidade ou que manifestarem seu interesse em se cadastrar com antecedência mínima".* Nesse contexto, o dispositivo constante do item 2.1.2 teria possibilitado aos interessados não convidados e que não tivessem o CRC, o cadastramento junto ao recorrente, desde que o fizesse até o 3º dia útil anterior à data da abertura das propostas, o que não foi atendido pela empresa Ban Maq Comércio, que protocolou o pedido intempestivamente, ou seja, apenas no dia 10/02/2017 – sexta feira, sendo que a sessão de pública de abertura dos envelopes ocorreria no dia 15/02/2017 quarta-feira. Quanto à possibilidade de participação das empresas em recuperação judicial, afirma que o certame foi deflagrado em fevereiro de 2017, pouco mais de um mês da promulgação da Resolução nº 10/2016 deste E. Tribunal, de modo que não houve tempo para que adaptasse seus editais. Assim, embora reconheça a inadequação, afirma que não houve manifestação de qualquer licitante de que tenha se sentido prejudicada. Do exposto, pugnou pela reforma da decisão, inclusive no que toca à multa aplicada ao ordenador da despesa, uma vez que ausentes dolo ou evidência de que a contratação tenha ocasionado qualquer dano ao erário.

Com vistas dos autos, o **Ministério Público de Contas** manifestou-se pelo não provimento do apelo.

É o relatório.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-26UX-L8K3-6U5J-2VFH

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR LVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES. Sistema e-TCE Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-26UX-L8K3-6U5J-2VFH

Voto
TC-023239.989.20-5
TC-023249.989.20-3

Preliminar

Recurso em termos[2], dele conheço.

Mérito

No mérito, compreendo que o recorrente não logrou afastar os vícios deflagradores do julgamento desfavorável.

Na modalidade em apreço, a Administração detém certa margem de discricionariedade na escolha do número mínimo de três interessados, do ramo pertinente, aos quais deverá enviar a Carta Convite para participarem do certame instaurado. Não obstante, conforme se extrai do artigo 22, § 3º da Lei de Licitações[3], o legislador, com vistas à ampliação da competitividade, estendeu a possibilidade de participação aos **interessados não convidados**, estabelecendo, para a hipótese de já estarem **cadastrados**, apenas a necessidade de manifestação de interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

Assim, correto concluir, em respeito ao princípio da isonomia, que os demais **não convidados,** ainda que **não cadastrados,** podem regularmente participar do certame, desde que solicitem seu cadastramento até 24 (vinte e quatro) horas antes da apresentação das propostas, e, nesse mesmo prazo,

---

[2] Decisão publicada em 22/09/2020 e recurso protocolizado em 12/10/2020, por parte legítima e com interesse.

[3] Art. 22. São modalidades de licitação:

(...)

§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

manifestem interesse em participar do certame. Caberá a Administração, por sua vez, envidar esforços a fim de atender tempestivamente o pleito. Nesse sentido, a decisão proferida nos autos do TC-348.989.12-0:

> A condição de participação no certame, expressa no item 3.1 do edital, também merece reparos.
>
> É que, segundo dispõe o artigo 22, § 3º, da Lei n. 8.666/93, admite-se, na modalidade convite, a participação de empresas cadastradas ou não, devendo a Administração estender o convite aos "demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação de propostas".
>
> (...)
>
> Ora. No caso concreto, a Administração deu ampla divulgação à carta-convite, admitindo, segundo previsão do próprio item 3.1 do edital, a participação não só daqueles convidados não cadastrados, como também de todos os demais cadastrados que apresentassem cópia do CRC expedido por ela própria, exigindo, no entanto, indistintamente, a apresentação de documentação de habilitação.
>
> É de todo compreensível, portanto, que **terceiros interessados ainda não cadastrados** também atendessem ao seu chamado.
>
> Havendo, portanto, como de fato houve, **interesse manifesto de efetiva participação no certame, com pronta disposição no cumprimento dos requisitos formais relativos ao CRC**, desejável por todos os títulos, em franca homenagem ao princípio da ampla competitividade, que a Administração, na medida do possível, envide esforços para acolher pleitos do gênero. (Sessão Plenária de 25 de abril de 2012 – Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga).

No caso dos autos, o recorrente reconhece que empresa Ban Maq protocolou o pedido de cadastramento junto ao Setor de Protocolo no dia **10/02/2017** – sexta feira, sendo que a sessão de pública de abertura dos envelopes ocorreria no dia **15/02/2017**, quarta-feira. Não há, nesse contexto, como acolher a tese de intempestividade de pedido de registro cadastral, posto que amparada em cláusula[4] que não guarda conformidade com a modalidade

[4] 2.1.1. Além das empresas convidadas, poderão participar da licitação as empresas devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé ou em outro órgão público, ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-26UX-L8K3-6U5J-2VFH

licitatória eleita. Ao exigir que os protocolos de cadastramento fossem apresentados antes daquela data, ou seja, ao menos até dia 09/02, o Município de Tremembé impôs relevante obstáculo à participação de interessados que não detivessem o prévio registro, já que a abertura da licitação foi publicada no Diário Oficial do Município em 08/02/2017, com o envio de Cartas, via e-mail, até às 11:00hs daquela mesma data (ev. 1, arquivo 11, do eTC-698.989.18-3). Curiosamente, o certame contou com 9 (nove) propoentes, 6 (seis) delas inabilitadas, sendo que destas, 4 (quatro) teriam deixado de atender ao item 2.1.1 (ausência de CRC).

O descompasso com as orientações da Súmula n.º 50 deste Tribunal[5], por sua vez, editada em momento anterior ao certame, embora revestido de menor gravidade quando isoladamente considerado, apenas acentua a restrição imposta ao caráter competitivo e isonômico da disputa.

Diante deste quadro, voto pelo **não provimento** do Recurso Ordinário interposto, a fim de que se mantenha inalterada a decisão recorrida, pelos próprios e jurídicos fundamentos, inclusive quanto à sanção pecuniária aplicada ao prefeito responsável, Sr. Marcelo Vaqueli, autoridade que homologou o procedimento licitatório e firmou os ajustes, e que encontra inquestionável esteio no artigo 104, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93.

É como voto.

[5] SÚMULA Nº 50 - Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR LVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES. Sistema e-TCE. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-26UX-L8K3-6U5J-2VFH

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

PROCESSO:	**00023239.989.20-5**
RECORRENTE:	▪ MARCELO VAQUELI (CPF 103.921.948-99) ▪ **ADVOGADO:** ROBERTA RODRIGUES DA SILVA (OAB/SP 352.309)
MENCIONADO(A):	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE (CNPJ 46.638.714/0001-20) ▪ BAN MAQ COMERCIO E LOCACAO DE BENS MOVEIS LTDA (CNPJ 04.411.300/0001-14) ▪ **ADVOGADO:** ALAN ACQUAVIVA CARRANO (OAB/SP 197.557)
ASSUNTO:	Recurso Ordinário
EXERCÍCIO:	2020
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S):	00023249.989.20-3
RECURSO/AÇÃO DO:	00004333.989.17-6

PROCESSO:	**00023249.989.20-3**
RECORRENTE:	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE (CNPJ 46.638.714/0001-20)
MENCIONADO(A):	▪ MARCELO VAQUELI (CPF 103.921.948-99) ▪ BAN MAQ COMERCIO E LOCACAO DE BENS MOVEIS LTDA (CNPJ 04.411.300/0001-14) ▪ **ADVOGADO:** ALAN ACQUAVIVA CARRANO (OAB/SP 197.557)
ASSUNTO:	Recurso ordinário
EXERCÍCIO:	2017
PROCESSO PRINCIPAL:	23239.989.20-5
RECURSO/AÇÃO DO:	00004333.989.17-6

RELATORA - AUDITORA SUBSTITUTA DE CONSELHEIRO SILVIA MONTEIRO

Não houve discussão. O relatório e voto correspondem ao inteiro teor das notas taquigráficas referentes à 10ª sessão ordinária do Tribunal Pleno do dia 07 de abril de 2021.

São Paulo, 9 de abril de 2021

Paulo Ishikawa

Assessor Técnico de Gabinete I
SDG-1

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: PAULO ISHIKAWA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-26UF-7EV7-6VNU-8CFS

A C Ó R D Ã O

00023239.989.20-5 (ref. 00004333.989.17-6, 00000698.989.18-3 e 00000715.989.18-2) – Recurso Ordinário.
Recorrente: Marcelo Vaqueli – Ex-Prefeito do Município de Tremembé.
Assunto: Contratos entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e as empresas BPA Comércio e Serviços de Equipamentos de Som Ltda. – ME e AM Figueira Eventos – ME, objetivando a locação de banheiros químicos, grades de proteção, chapas divisórias, tendas e supedâneos para os festejos carnavalescos de 2017, nos valores de R$26.400,00 e R$47.320,00; e Representação formulada por Ban Maq Comércio e Locação de Bens Móveis Ltda. – EPP, acerca de possível irregularidade em sua inabilitação no processo licitatório que precedeu o ajuste.
Responsável: Marcelo Vaqueli (Prefeito).
Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 22-09-20, que julgou irregulares o convite e os contratos, e procedente a representação, acionando o disposto no artigo 2º, inciso XV, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 160 UFESPs ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.
Advogados: Anthero Mendes Pereira Júnior (OAB/SP nº 180.414), Roberta Rodrigues da Silva (OAB/SP nº 352.309), Meire Xavier Simão (OAB/SP nº 190.831), Marco Antonio Queiroz Moreira (OAB/SP nº 115.666), Rita de Cássia da Silva (OAB/SP nº 356.013), Cláudio Antunes de Oliveira (OAB/SP nº 396.034) e Alan Acquaviva Carrano (OAB/SP nº 197.557).
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas: Thiago Pinheiro Lima.

00023249.989.20-3 (ref. 00004333.989.17-6, 00000698.989.18-3 e 00000715.989.18-2) – Recurso Ordinário.
Recorrente: Prefeitura Municipal de Tremembé.
Assunto: Contratos entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e as empresas BPA Comércio e Serviços de Equipamentos de Som Ltda. – ME e AM Figueira Eventos – ME, objetivando a locação de banheiros químicos, grades de proteção, chapas divisórias, tendas e supedâneos para os festejos carnavalescos de 2017, nos valores de R$26.400,00 e R$47.320,00; e Representação formulada por Ban Maq Comércio e Locação de Bens Móveis Ltda. – EPP, acerca de possível irregularidade em sua inabilitação no processo licitatório que precedeu o ajuste.
Responsável: Marcelo Vaqueli (Prefeito).
Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 22-09-20, que julgou irregulares o convite e os contratos, e procedente a representação, acionando o disposto no artigo 2º, inciso XV, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 160 UFESPs ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.
Advogados: Meire Xavier Simão (OAB/SP nº 190.831), Marco Antonio Queiroz Moreira (OAB/SP nº 115.666), Rita de Cássia da Silva (OAB/SP nº 356.013), Cláudio Antunes de Oliveira (OAB/SP nº 396.034) e Alan Acquaviva Carrano (OAB/SP nº 197.557).
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas: Thiago Pinheiro Lima.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES; CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-30P4-62UL-5LLW-E6UA

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. CONVITE. CLÁUSULAS RESTRITIVAS. EMPRESA IRREGULARMENTE AFASTADA DO CERTAME. CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto da Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, Relatora, e dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Dimas Ramalho e Sidney Estanislau Beraldo, o e. Tribunal Pleno, em sessão de 07 de abril de 2021, preliminarmente conheceu do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto da Relatora, juntado aos autos, negou-lhe provimento, a fim de que se mantenha inalterada a decisão recorrida, pelos próprios e jurídicos fundamentos, inclusive quanto à sanção pecuniária aplicada ao Prefeito responsável, Senhor Marcelo Vaqueli, autoridade que homologou o procedimento licitatório e firmou os ajustes, e que encontra inquestionável esteio no artigo 104, inciso II, da Lei Complementar n° 709/93.

Publique-se e, quando oportuno, arquive-se.

São Paulo, 07 de abril de 2021.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES – Presidente

SILVIA MONTEIRO – Relatora

scr

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR .VIA CRISTINA MONTEIRO MORAES: CRISTIANA DE STRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e ...rme o código do documento: 3-30P4-62UL-5LLW-E6UA

TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

CARTÓRIO DO CONSELHEIRO
ROBSON MARINHO
(11) 3292-3521 - cgcrrm@tce.sp.gov.br

CERTIDÃO

PROCESSO:	**00023239.989.20-5**
RECORRENTE:	▪ MARCELO VAQUELI (CPF 103.921.948-99) ▪ **ADVOGADO:** ROBERTA RODRIGUES DA SILVA (OAB/SP 352.309)
MENCIONADO(A):	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE (CNPJ 46.638.714/0001-20) ▪ BAN MAQ COMERCIO E LOCACAO DE BENS MOVEIS LTDA (CNPJ 04.411.300/0001-14) ▪ **ADVOGADO:** ALAN ACQUAVIVA CARRANO (OAB/SP 197.557)
ASSUNTO:	Recurso Ordinário
EXERCÍCIO:	2020
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S):	00023249.989.20-3
RECURSO/AÇÃO DO:	00004333.989.17-6

PROCESSO:	**00023249.989.20-3**
RECORRENTE:	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE (CNPJ 46.638.714/0001-20)
MENCIONADO(A):	▪ MARCELO VAQUELI (CPF 103.921.948-99) ▪ BAN MAQ COMERCIO E LOCACAO DE BENS MOVEIS LTDA (CNPJ 04.411.300/0001-14) ▪ **ADVOGADO:** ALAN ACQUAVIVA CARRANO (OAB/SP 197.557)
ASSUNTO:	Recurso ordinário
EXERCÍCIO:	2017
PROCESSO PRINCIPAL:	23239.989.20-5
RECURSO/AÇÃO DO:	00004333.989.17-6

Certifico que a r. Decisão do processo em epígrafe, publicada no DOE de 23 de abril de 2021, transitou em julgado em 30 de abril de 2021.

Cartório do GCRRM, 4 de maio de 2021.

LEONARDO DA SILVA PIRES

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: LEONARDO DA SILVA PIRES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-3STG-9BLB-68IP-3OLI

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

Ofício

Tremembé, 25 de outubro de 2021

Assunto: Solicitação

Senhor Presidente,

Solicito o uso do Plenário no dia 04/11/2021 às 18:30h para discussão sobre Emendas Parlamentares de interesse do Município.

Certo de poder contar com a sua especial atenção.

Renato Vargas Netto
Vice-Presidente

Deferido
28/10/21

Anderson Godoi
Presidente

A Sua Excelência, o Senhor
Anderson Godoi
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TREMEMBÉ
FORO DE TREMEMBÉ
SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS
Rua Costa Cabral, 1183, ., Centro - CEP 12120-000, Fone: (12) 3672-3554, Tremembe-SP - E-mail: tremembesef@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO Processo Digital

Processo Digital nº:	**0002088-21.2001.8.26.0634**
Classe – Assunto:	**Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano**
Exequente:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ**
Executado:	**Adriano dos Santos**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Tremembe, 14 de setembro de 2021.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Excelência providências cabíveis no sentido de proceder à penhora e bloqueio sobre os vencimentos, no percentual de 30% dos rendimentos líquidos até o valor de R$ 24.272,75, do executado **ADRIANO DOS SANTOS**, CPF nº 086.253.778-90 e RG nº 19.616.309, que deverão ser depositados em conta judicial a disposição do Juízo. Segue anexa, cópia da decisão que determinou o bloqueio para instrução.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (tremembesef@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). LUIZ FELLIPPE DE SOUZA MARINO**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À) Excelentíssimo(a) Senhor(a)
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
TREMEMBÉ – SP.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº 1415
Data 01/10/2021

I- Ciente 01/10/21

II- A Procuradoria para providências

Anderson Godoi
Presidente

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUIZ FELLIPPE DE SOUZA MARINO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0002088-21.2001.8.26.0634 e o código B9DA57E.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TREMEMBÉ
FORO DE TREMEMBÉ
SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS
Rua Costa Cabral, 1183, ., Centro - CEP 12120-000, Fone: (12) 3672-3554, Tremembe-SP - E-mail: tremembesef@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0002088-21.2001.8.26.0634**
Classe - Assunto	**Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano**
Exequente:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ**
Executado:	**Adriano dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **LUIZ FELLIPPE DE SOUZA MARINO**

O artigo 833, IV, do CPC prevê a impenhorabilidade de vencimentos como forma de garantir a dignidade do devedor.

A regra geral de impenhorabilidade deve ser mitigada para garantir a boa-fé e efetividade das decisões judiciais, desde que, o percentual de bloqueio viabilize a subsistência digna do devedor.

Nesse sentido é a jurisprudência recente do STJ:

> PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. IMPENHORABILIDADE DE VENCIMENTOS. ART. 649 DO CPC/1973. EXCEÇÃO IMPLÍCITA À REGRA DE IMPENHORABILIDADE. PENHORABILIDADE DE PERCENTUAL DOS VENCIMENTOS. BOA-FÉ. MÍNIMO EXISTENCIAL. DIGNIDADE DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA.
> 1. Caso em que o acórdão recorrido consignou que o salário, soldo ou remuneração são absolutamente impenhoráveis, nos termos do art. 649, IV, do CPC/1973 (833, IV, do CPC/2015).
> 2. A Corte Especial do STJ, recentemente, por maioria, adotou o entendimento de que a regra geral da impenhorabilidade de salários, prevista no Código de Processo Civil, pode ser excepcionada quando for preservado percentual capaz de dar amparo à dignidade do devedor e de sua família (EREsp 1.582.475/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe 16/10/2018). Conforme consignado na ementa da orientação vencedora: "A interpretação dos preceitos legais deve ser feita a partir da Constituição da República, que veda a supressão injustificada de qualquer direito fundamental. A impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. tem por fundamento a proteção à dignidade do devedor, com a manutenção do mínimo existencial e de um padrão

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUIZ FELLIPPE DE SOUZA MARINO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0002088-21.2001.8.26.0634 e o código B84E71A.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TREMEMBÉ
FORO DE TREMEMBÉ
SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS
Rua Costa Cabral, 1183, ., Centro - CEP 12120-000, Fone: (12) 3672-3554, Tremembe-SP - E-mail: tremembesef@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

de vida digno em favor de si e de seus dependentes. Por outro lado, o credor tem direito ao recebimento de tutela jurisdicional capaz de dar efetividade, na medida do possível e do proporcional, a seus direitos materiais.

4. O processo civil em geral, nele incluída a execução civil, é orientado pela boa-fé que deve reger o comportamento dos sujeitos processuais. Embora o executado tenha o direito de não sofrer atos executivos que importem violação à sua dignidade e à de sua família, não lhe é dado abusar dessa diretriz com o fim de impedir injustificadamente a efetivação do direito material do exequente.

5. Só se revela necessária, adequada, proporcional e justificada a impenhorabilidade daquela parte do patrimônio do devedor que seja efetivamente necessária à manutenção de sua dignidade e da de seus dependentes".

6. Recurso Especial provido para afastar a conclusão acerca da impenhorabilidade absoluta dos soldos, determinando o retorno dos autos à origem, para que o Tribunal regional prossiga no julgamento do feito, como entender de direito.

(REsp 1730317/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 11/03/2019)

Ante o exposto, defiro penhora sobre os vencimentos no percentual de 30% dos rendimentos líquidos até o valor de R$ 24.272,75.

Oficie-se a Câmara Municipal de Tremembé determinando bloqueio de rendimentos do executado, no percentual de 30% sobre os rendimentos líquidos, depositando os valores em conta a disposição do juízo.

Intime-se.

Tremembe, 27 de agosto de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUIZ FELLIPPE DE SOUZA MARINO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0002088-21.2001.8.26.0634 e o código B84E71A.

Departamento Administrativo e Financeiro do Vale do Paraíba
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp
Av. Heitor Vilas Lobos, nº 1229- Vila Ema - CEP 12243-260 - São José dos Campos - SP
www.sabesp.com.br

São José dos Campos, 15 de outubro de 2021

RVA 66/2021

Senhor Presidente,

Em atendimento à Lei Complementar nº 101/00 – Responsabilidade Fiscal, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, as administrações municipais necessitam adotar providências de natureza orçamentária e financeira.

Ciente da importância da Lei e com o objetivo de aprimorar as relações contratuais que a Sabesp mantém com essa municipalidade, nos serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, apresentamos à Prefeitura Municipal, por meio de ofício protocolado, as seguintes informações relevantes para a montagem e consecução das peças orçamentária preconizadas pelos artigos 2º, 48º e 60º da Lei 4.320 (Normas Gerais para a Elaboração e Controle dos Orçamentos) e artigos 4º, 5º e 48º da Lei 101/00 – Responsabilidade Fiscal, bem como para as programações e execuções financeiras.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA SABESP

VALORES NOMINAIS	REALIZAÇÃO JAN à AGO/2021	PREVISÃO JAN à DEZ/2022
FATURAMENTO BRUTO (ÁGUA/ESGOTOS) ACUMULADO	R$ 307.108,00	R$ 526.533,24
FATURAMENTO BRUTO (ÁGUA/ESGOTOS) MÉDIO MENSAL	R$ 38.388,50	R$ 43.877,77
VOLUME (m^3) MÉDIO MENSAL FATURADO DE ÁGUA	2.134	2.193

VALORES ATUALIZADOS	POSIÇÃO EM 31/08/2021
ESTOQUE DE DÉBITOS EM ABERTO	R$ 1.957,28
PARCELAMENTOS DE DÉBITOS EM ABERTO	R$ 564.054,24

CONTAS DE ÁGUA/ESGOTOS SUSPENSAS - EM ANÁLISE - POSIÇÃO EM 31/08/21	R$ -

Considerando os termos da Lei Complementar 101/00 que impõe à Sabesp responsabilidades no sentido do acompanhamento de suas receitas, solicitamos a Vossa Excelência considerar essas informações quando dos exames dos valores orçamentários e financeiros do Município e da avaliação da sua gestão fiscal.

Agradecemos a atenção que esta solicitação possa merecer de Vossa Excelência, colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que forem necessários. Para tanto, estaremos a seu inteiro dispor através do telefone (12) 3947-1582.

Atenciosamente,

Marina de Moura Campos
Departamento Administrativo e Financeiro - RVA

Senhor
ANDERSON APARECIDO DE GODOI
Presidente da Câmara Municipal de Tremembé

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº 1552
Data 25/10/2021

Assinado por 1 pessoa: MARINA DE MOURA CAMPOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinaturasabesp.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código DEB1-7D8D-AB4B-6ABD

CIENTE

Serviço Público Federal

Conselho Regional de Corretores de Imóveis

Estado de São Paulo

CRECI - 2ª REGIÃO

São Paulo, 13 de outubro de 2021.

Ilmo.(a) Sr.(a)
Anderson Aparecido de Godói
M.D. Presidente da Câmara Municipal
R. Bom Jesus, 145 - Solar da Mantiqueira
Tremembé - SP - CEP 12120-000

Ilustríssimo(a) Senhor(a)

Com cordiais cumprimentos, informamos que foi consignado na **45ª** Reunião Plenária Deliberativa realizada em **13 de outubro de 2021** o aniversário do Município de **Tremembé - SP** na data de **26 de novembro**, parabenizando-o(a) e prestigiando-o(a), estendendo votos aos cidadãos, sendo registrado em Ata dos trabalhos.

Em nome do Conselho Regional de Corretores de Imóveis, queremos cumprimentar por mais um ano de aniversário de V. município e aproveitar para externar nosso reconhecimento a V.S.ª e a todos os membros de V. governo que trabalharam arduamente no combate à pandemia da Covid-19 nesse prestigioso município paulista, que se dedicaram integralmente e fizeram a diferença para salvar inúmeras vidas da população.

Acreditamos que só com esforço e união de todos os Poderes, atenderemos com equilíbrio e precisão as demandas que necessitam a saúde pública e o desenvolvimento econômico-social para nossas futuras gerações.

Cordialmente,

Corretor de Imóveis
José Augusto Viana Neto
CRECISP / 18.285-F
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº 1521
Data 19/10/2021

CIENTE
em 25/10/21
Presidente

O contato com o CRECISP será realizado exclusivamente por videoconferência pelo link https://app.crecisp.gov.br/sistemas/agendamento/salas-video-conferencia/
Acesse o site www.crecisp.gov.br e obtenha mais informações.

EDITAL Nº 001/2021

O Sr. Dr. **CARLOS EDUARDO NASCIMENTO**, Delegado de Polícia da Delegacia de Polícia do Município de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e etc.,

FAZ SABER, ao povo em geral, que nos termos do artigo 27, inciso II, do Decreto nº 44.448, de 24/11/99 e Resolução SSP 46, de 21/12/1970, estará no próximo dia **21 (VINTE E UM) do mês de OUTUBRO** do corrente ano, **às 14h30**, nesta Delegacia de Polícia, o DD. Delegado de Polícia Seccional de Taubaté Dr. Márcio Marques Ramalho, em vista de Correição Ordinária e Periódica, referente ao **SEGUNDO SEMESTRE do corrente ano**, oportunidade em que atenderá queixas, reclamações ou sugestões referentes ao serviço policial, iniciando os trabalhos com audiência pública às 14h30.

Encaminhe-se cópias:
Ao MM. Juiz de Direito da Comarca de Tremembé;
À DD. Promotoria de Justiça de Tremembé SP;
À Polícia Militar do Estado de São Paulo;
À Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé SP;
À Câmara Municipal de Tremembé SP;
À Sede da Ordem dos Advogados do Brasil de Tremembé SP
Ao Conselho Tutelar de Tremembé SP

REGISTRE-SE.

CUMPRA-SE.

Tremembé, 27 de agosto de 2021.

Carlos Eduardo Nascimento
Delegado de Polícia

RVDT/Of.219/21

Taubaté, 23 de setembro de 2021

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício 0178/2021, informamos que, em atendimento a determinação do governo do estado de São Paulo, todas as agências da Sabesp estão atendendo seus clientes presencialmente desde o dia 02/08/2021 das 08h30 às 11h, de segunda a sexta feira.

Após o dia 22/09/2021 o atendimento está sendo feito das 9h às 15h, de segunda a sexta feira, mediante agendamento prévio no "Agenda São Paulo" através do link https://sabesp.agendasp.sp.gov.br/eagenda.web/SABESP.

Sendo o que nos apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Edimar Luiz Carneiro
Encarregado do Posto de Operação – Sabesp Tremembé

Engº Claudio Katayama
Gerente de Divisão

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº 1365
Data 24/09/21

Ilmo. Sr.
Vereador Presidente
Anderson Aparecido de Godoi
Câmara Municipal de
Tremembé-SP

cesg

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp
Gerência Divisional de Taubaté
Rua Vicente Testa, nº 1 – Jabuticabeiras –Taubaté – SP.
Tel. 55 (12) 3634-3030
www.sabesp.com.br

Ofício: nº 869/2021-ico
Referência: Edital de Correição

Tremembé 13 de outubro de 2021.

Exmo. Sr. Presidente

Através deste, encaminho a Vossa Excelência para conhecimento, cópia do **EDITAL DE CORREIÇÃO Nº 001/2021**, referente ao Segundo Semestre do ano de 2021.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

CARLOS EDUARDO NASCIMENTO

Delegado de Polícia

I - Ciência
II - fixar no mural.
15/10/21

Anderson Godoi
Presidente

Ao
Exmo. Sr.
Anderson Godoy
Presidente da Câmara Municipal de
Tremembé / SP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TREMEMBÉ - FORO DE TREMEMBÉ
SEF - SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS
Rua Costa Cabral, 1183, ., Centro - CEP 12120-000, Fone: (12) 3672-3554,
Tremembe-SP - E-mail: tremembesef@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO/OFÍCIO

Processo Digital nº:	**0002088-21.2001.8.26.0634**
Classe - Assunto	**Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano**
Exequente:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ**
Executado:	**Adriano dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **LUIZ FELLIPPE DE SOUZA MARINO**

Vistos.

Homologo o acordo realizado entre o executado e a exequente, pela vigência da Lei Complementar nº 367 de 16 de março de 2001, conforme Termo de Parcelamento e Confissão de Dívida, (fls. 428/430).

Oficie **COM URGÊNCIA** à Câmara Municipal de Tremembé para que sejam descontados mensalmente dos subsídios líquidos do executado **ADRIANO DO SANTOS, CPF Nº 098.701.508-70**, o montante de **R$ 398,88 (trezentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos)**, e depositados na Conta do Município de Tremembé (CNPJ 46.638-714/0001-20, Banco do Brasil, Agência 6773-3, Conta corrente: 15.473-3), nos termos da cláusula 3ª, parágrafo único, do Termo de Parcelamento e Confissão de Dívida (fls. 428/430).

Desnecessário a comprovação nos presentes autos, dos descontos mensais dos rendimentos do executado.

Após, certificado trânsito em julgado da homologação do acordo, suspendo o processo pelo prazo do parcelamento (fls. 428/430), ou até nova manifestação da exequente.

Int.

Tremembe, 14 de outubro de 2021.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). LUIZ FELLIPPE DE SOUZA MARINO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À) Excelentíssimo(a) Senhor(a)
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
TREMEMBÉ – SP.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUIZ FELLIPPE DE SOUZA MARINO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0002088-21.2001.8.26.0634 e o código BCE75E2.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701. Centro – Tremembé/SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1010
E-mail: procuradoria@tremembe.sp.gov.br - Site: www.tremembe.sp.gov.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE TREMEMBÉ/SP.

Proc. nº 0002088-21.2001.8.26.0634

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, por sua procuradora, a advogada signatária, nos autos da AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, em epígrafe, que por esse E. Juízo move em face de **ADRIANO DOS SANTOS**, é presente a Vossa Excelência para, respeitosamente, em atenção a r. decisão de fls. 419/420, requerer a **HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO EXTRAJUDICIAL** realizado entre o Requerente e o Município, pela vigência da Lei Complementar nº 367 de 16 de março de 2001, conforme Termo de Parcelamento e Confissão de Dívida, em anexo (doc. 1).

Requer então, que se oficie a Câmara Municipal de Tremembé para que **SEJAM DESCONTADOS MENSALMENTE DOS SUBSÍDIOS LÍQUIDOS DO REQUERENTE O VALOR DE R$398,88** (trezentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos), e depositados na Conta do Município de Tremembé (**CNPJ 46.638-714/0001-20, Banco do Brasil, Agência 6773-3, Conta corrente: 15.473-3**), sendo este o valor da parcela até dezembro do presente ano, após, conforme mencionado no próprio termo de parcelamento, em sua cláusula 3ª, haverá a atualização anual dos valores conforme o IPCA (índice de preço ao consumidor amplo) e, o Município informará o valor a ser descontado no próximo ano.

Termos em que,
Pede deferimento.

Tremembé, 14 de outubro de 2021.

Cyntia Helena Pinto Galvão
OAB/SP 280.766

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CYNTIA HELENA PINTO GALVAO.Protocolado em 14/10/2021 às 10:26:05, sob o número WTMB21700221655. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0002088-21.2001.8.26.0634 e o código BCD52B0.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br - Site: www.tremembe.sp.gov.br

TERMO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DIVIDA

(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

Proprietário: ADRIANO DOS SANTOS
CNPJ/CPF 098.701.508-70
Endereço: RUA PEDRO CELETE, 831 - BAIRRO DO CAMINHO NOVO - TREMEMBE SP CEP: 12120-000

Termo de Acordo: 941871/2021

Inscrição Municipal: 0076.0082 **Primeira Parcela:** 20/10/2021

Requerente: ADRIANO DOS SANTOS

Endereço: RUA PEDRO CELETE,831, JARDIM DOS EUCALIPTOS, TREMEMBE/SP CEP: 12120-000

E-mail:

Data: 13/10/2021
Total Parcelado: 14.356,53 **Valor da 1ª Parcela:** 398,88
Honorários:
Nro. de Parcelas: 36
Última Parcela: 20/09/2024

Em decorrência de pedido de parcelamento de débito fiscal inscrito, conforme legislação vigente, compareceu, nesta Prefeitura Municipal, no setor competente, o devedor supra referido, que subscreve e se obriga a cumprir o presente termo de acordo, que se regera pelas seguintes clausulas:

1ª.- Reconhece e se confessa devedor da importância de 14.356,53 (Quatorze mil, trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e três centavos) correspondente ao seu débito fiscal ajuizado e mais honorários advocatícios no importe de 1.305,18 correspondente a 10% (dez por cento) da dívida ativa, conforme elementos acima referidos, além da atualização monetária, multa, juros e acréscimo, conforme legislação vigente.

2ª.- A confissão de dívida constante deste termo de acordo é de caráter definitivo e irretratável, não implicando, de modo algum, em novação ou transação.

3ª.- O referido valor será descontado dos rendimentos líquidos do Requerente em 36 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas anualmente a partir da 1ª parcela pelo IPCA (índice de preço ao consumidor amplo), sem prejuízo de sua posterior alteração, caso sejam modificados os atuais fatores do acréscimo acumulado. Ocorrendo atraso no pagamento de prestações decorrentes do parcelamento, por mais de 90 (noventa) dias, e desde que não ajuizada a respectiva execução fiscal, o devedor poderá proceder à regularização do débito, desde que o faça na sua totalidade, para continuidade das prestações vincendas.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CYNTIA HELENA PINTO GALVAO.Protocolado em 14/10/2021 às 10:26:05, sob o número WTMB21700221655. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0002088-21.2001.8.26.0634 e o código BCD52B5.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br - Site: www.tremembe.sp.gov.br

Parágrafo único: Fica autorizada a Câmara Municipal a reter mensalmente o valor da parcela descrita no parágrafo 1º do subsídio mensal do Requerente.

4ª.- No caso de atraso no pagamento de parcelas veneidas, de parcelamento, ficará facultado ao contribuinte a atualização dos pagamentos, parcial ou em sua totalidade, para continuidade de pagamento das parcelas vincendas, atualizados de acordo com a legislação vigente.

5ª.- O (a) devedor(a) renuncia à apresentação de qualquer defesa ou recurso, bem como desiste dos já apresentados.

6ª.- O débito confessado neste acordo é de exclusiva responsabilidade do(a) devedor(a), não implicando a concessão do parcelamento em reconhecimento do declarado, nem em renuncia da Fazenda Municipal do direito de apurar sua exatidão e exigir diferenças com a aplicação das sanções cabíveis.

Lido e achado conforme, assinam o presente termo de acordo, para que possa produzir os efeitos de direito, o(a) devedor(a)/representante e a Fazenda Municipal.

Após vencimento serão cobrados juros de mora de 1% ao mês ou fração de mês, multa 0,33% a.d até o limite de 10% e atualizado monetariamente pela variação mensal do IPCA (Aplicando o percentual acumulado do bimestre anterior).

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 13 de outubro de 2021.

Fazenda Municipal

Cyntia H. P. Galvão
PROCURADORA MUNICIPAL
OAB/SP Nº 280.706

Requerente

ADRIANO DOS SANTOS

Termo de Acordo Nº: 941871/2021

DEMONSTRATIVO DE DÉBITO DE PARCELAMENTO

Composição	Exercício	Aviso	Principal Corrigido	Honorários	Total	Total Indexador
DIVIDA ATIVA DE IPTU	1998	595	256,84	25,68	282,52	73,0417
DIVIDA ATIVA DE IPTU	1999	716	833,00	83,29	916,29	236,8942
EMOLUMENTOS DIVERSOS TRIBUTOS	2019	2534865	17,95	1,80	19,75	5,1061
ISSQN CONSTRUCAO DIVERSOS TRIBUTOS	2019	2534864	2.078,67	207,87	2.286,54	591,1536

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CYNTIA HELENA PINTO GALVAO.Protocolado em 14/10/2021 às 10:26:05, sob o número WTMB21700221655. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0002088-21.2001.8.26.0634 e o código BCD52B5.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

LANCAMENTO DE IPTU E OU TAXAS CORRENTE	2002	2200	823,62	82,37	905,99	234,2313
LANCAMENTO DE IPTU E OU TAXAS CORRENTE	2003	2204	756,67	75,66	832,33	215,1875
LANCAMENTO DE IPTU E OU TAXAS CORRENTE	2004	2214	783,53	78,35	861,88	222,8273
LANCAMENTO DE IPTU E OU TAXAS CORRENTE	2006	2228	763,07	76,31	839,38	217,0102
LANCAMENTO DE IPTU E OU TAXAS CORRENTE	2007	2234	754,74	75,49	830,23	214,6446
LANCAMENTO DE IPTU E OU TAXAS CORRENTE	2008	2246	749,35	74,94	824,29	213,1089
LANCAMENTO DE IPTU E OU TAXAS CORRENTE	2009	2250	773,00	77,30	850,30	219,8334
LANCAMENTO DE IPTU E OU TAXAS CORRENTE	2010	2258	910,82	91,11	1.001,93	259,0353
LANCAMENTO DE IPTU E OU TRL	2016	2296	832,22	83,23	915,45	236,6771
LANCAMENTO DE IPTU E OU TRL	2017	2305	902,31	90,23	992,54	256,6076
LANCAMENTO DE IPTU E OU TRL	2018	2310	898,16	89,82	987,98	255,4287
LANCAMENTO DE IPTU E OU TRL	2019	2312	917,40	91,73	1.009,13	260,8967

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CYNTIA HELENA PINTO GALVAO.Protocolado em 14/10/2021 às 10:26:05, sob o número WTMB21700221655. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0002088-21.2001.8.26.0634 e o código BCD52B5.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

Considerando o relatório de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao exercício de 2020 – TC-3941.989.20-4, no qual apontou em sua conclusão no item D.1 – CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS RELACIONADAS A TRANSPARÊNCIA, os seguintes itens:

1) Dificuldade de acesso no Portal da Transparência para verificação das remunerações dos servidores;

2) Ausência de portarias com a nomeação de alguns servidores do Portal da Transparência;

3) O acesso ao serviço de ouvidoria do Portal da Transparência só permite o acesso com o fornecimento de nome, CPF, RG e e-mail;

Assim, com base em tais apontamentos, e presando pela transparência e gestão participativa pelos munícipes, assim como outras ações criadas por esta presidência para garantir a participação de todos, bem como levar informações em tempo real aos munícipes, **DETERMINO:**

1) Que sejam retirados dos sites e redes sociais todos impedimentos apontados, devendo os munícipes terem acesso irrestrito e livre a todos os campos de informações públicas para os cidadãos.

Tremembé, 14 de outubro de 2021

ANDERSON APARECIDO DE GODOI
PRESIDENTE DA CÂMARA DE TREMEMBÉ

Recebido
14/10/21
Luiz Eduardo Alvarenga
Diretor Geral

Tremembé, 29 de Setembro de 2021.

Ofício nº 001/2021

Exmo. Senhor

Vereador **Anderson Godoi**

Presidente da Câmara Municipal de Tremembé

Solicitação de Reunião

A Anhanguera, inscrita no CNPJ nº 08828913/0001-02, com sede à Rua Sete de Setembro nº473, Centro, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria solicitar uma reunião com as seguintes pautas:

- Parceria entre a Prefeitura e a Instituição por meio de um convênio em que a Faculdade Anhanguera vai oferecer diversos cursos de graduações e pós–graduações em diferentes áreas;
- Programa de qualificação do Servidor que tem como foco a inovação, a racionalização dos processos de gestão e a melhoria dos serviços públicos prestados à população;
- Bolsa aos servidores municipais e seus dependentes;
- Isenção de matricula para Servidores;
- Gerar economia para Prefeitura;

Segura de ter o pedido acolhido, agradeço a atenção desde já.

I- Ciente 30/09/21
II- Agendar c/ senhor Prefeito

Atenciosamente,

Carlos Eugênio de Castro e Souza
GESTOR / COORDENADOR
POLO POLO ANHANGUERA TREMEMBÉ
(12) 99156-7607
gestor.2462@aeduead.com.br
www.anhanguera.com/

Anhanguera Polo Tremembé
(12) 99628-1356
Rua 7 de Setembro, Centro
Nº 473, Sala G

Anderson Godoi
Presidente

Ciente

RVDT/Of./213/21

Ref.: Novo Sistema Comercial da Sabesp

Protocolo nº 1360
Data 23/09/21

Taubaté, 20 de setembro de 2021

Senhor Presidente,

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP é uma sociedade de economia mista, criada pela Lei Estadual n.º 119/73, com o objetivo de executar e operar os serviços públicos de saneamento básico em todo o estado de São Paulo, respeitada a autonomia dos municípios, em consonância com as disposições da Lei n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

Atenta aos avanços tecnológicos e procurando melhorar o relacionamento com seus clientes, a Sabesp informa que está sendo implantado um novo sistema comercial, que visa melhorar significativamente o relacionamento com todos os clientes facilitando o acesso aos serviços e ao atendimento.

A transição de sistema teve início em 2019 e a última fase será em outubro de 2021.

Com essa mudança, a identificação dos clientes passará a ser feita pelo CPF ou CNPJ, facilitando a alteração de titularidade.

Além de ter acesso à segunda via da conta por e-mail, será mais fácil realizar parcelamentos, ter toda a programação dos pagamentos com os carnês e acessar a nova agência virtual (agenciavirtual.sabesp.com.br) com nome de usuário e senha, ou seja, com mais segurança dos dados e acesso às informações.

REFLEXOS DA TRANSIÇÃO PARA OS CLIENTES:

Alguns pontos da prestação dos serviços podem ser impactados no período final de transição dos sistemas:

- Alguns clientes poderão receber duas contas de consumo no mesmo mês, porém com períodos de consumo diferentes, o que não significará que serão contas em duplicidade.

- Pode ocorrer a necessidade de calcular o consumo pela média, porém, a regularização acontecerá no mês seguinte.

- Poderá ocorrer a alteração da data prevista no débito automático, em virtude dessa fase de ajustes.

Para qualquer situação que fuja à normalidade a Sabesp estará à disposição para tirar dúvidas e orientar seus clientes, inclusive para ajustar a melhor data de pagamento/débito automático.

CIENTE
em 27/09/21
Presidente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp
Gerência Divisional de Taubaté
Rua Vicente Testa, nº 1 – Jabuticabeiras –Taubaté – SP.
Tel. 55 (12) 3634-3030
www.sabesp.com.br

É importante reforçar que os clientes devem manter o seu cadastro atualizado e isso poderá ser feito pelo canal de atendimento digital (sabespfacil.sabesp.com.br), opção atualizar dados cadastrais, ou ainda, pela central de atendimento por meio do telefone: 0800 055 0195 (capital, litoral e interior).

Entre os dias 16/08/2021 e 13/09/2021, todos os clientes receberam junto às contas, um comunicado impresso sobre as principais alterações no sistema comercial. Para os clientes cuja fatura do mês de referência outubro/2021 for calculada pela média, será entregue também um comunicado específico esclarecendo a forma de regularização.

Sendo o que nos apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Edimar Luiz Carneiro
Encarregado do Posto de Operação – Sabesp Tremembé

Engº Claudio Katayama
Gerente de Divisão

Ilmo. Sr.
Vereador Presidente
Anderson Aparecido de Godoi
Câmara Municipal de
Tremembé-SP

cesg

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp
Gerência Divisional de Taubaté
Rua Vicente Testa, nº 1 – Jabuticabeiras –Taubaté – SP.
Tel. 55 (12) 3634-3030
www.sabesp.com.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Tremembé
FORO DE TREMEMBÉ
1ª VARA
Rua Costa Cabral, 1183, ., Centro - CEP 12120-000, Fone: (12) 3672-3554, Tremembe-SP - E-mail: tremembe1@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº:	**0005723-77.2019.8.26.0634**
Classe – Assunto:	**Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado**
Documento de Origem:	**Inquérito Policial, Boletim de Ocorrência - 241/2016 - Delegacia de Polícia de Tremembé, 846/2016 - Delegacia de Polícia de Tremembé**
Autor:	**Justiça Pública**
Réu:	**Samuel Justino de Farias**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Tremembe, 09 de setembro de 2021.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, considerando o disposto nos termos do art. 2º, da Lei nº 762/94, datada de 30 de setembro de 1994, requisito a Vossa Excelência a utilização da sala destinada à realização da sessão plenária da Câmara Municipal de Tremembé, além de disponibilização de equipamentos de som e áudio que forem necessários, **para o dia 09 de dezembro de 2021 (09/12/2021)** a partir das 08:00 horas, a fim de serem realizados os julgamentos do Tribunal do Júri (que terá início às 13:30 horas), em face do réu abaixo qualificado(a)(s):

Réu: **SAMUEL JUSTINO DE FARIAS**, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG 55.973.174-7, pai Raimundo Rodrigues de Farias, mãe Sandra dos Santos Justino, Nascido/Nascida em 10/06/2009, de cor Pardo, natural de São Paulo - SP. Local de prisão: Penitenciária - Andradina - Rodovia Municipal ADD, 468 - Andradina, Pereira Jordão - CEP 16901-970, Andradina - SP, 18 37227575. Endereço: "Penitenciária - Andradina" - Rodovia Municipal ADD, 468, Tel Pneitenciária : (18) 3722-7575, Andradina/SP, Telefone 15 37227575, CEP 16900-220, Andradina - SP, Fone 3672-5690

Nesta oportunidade apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a).** Antonia Maria Prado de Melo

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tremembé

Ciente 14/09/21

Anderson Godoi
Presidente

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANTONIA MARIA PRADO DE MELO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0005723-77.2019.8.26.0634 e o código B96CE9F.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Tremembé
FORO DE TREMEMBÉ
1ª VARA
Rua Costa Cabral, 1183, ., Centro - CEP 12120-000, Fone: (12) 3672-3554, Tremembe-SP - E-mail: tremembe1@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº:	**1500039-63.2020.8.26.0634**
Classe – Assunto:	**Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples**
Documento de Origem:	**Inquérito Policial, Portaria, Boletim de Ocorrência - 2008401/2020 - 5994077 - 54/20/409 - DEL.POL.TREMEMBE**
Autor:	**Justiça Pública**
Réu:	**EVANDRO FERREIRA DE MORAIS**
Vítima:	**DENIS MOREIRA JUVENCIO**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Tremembe, 10 de setembro de 2021.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, considerando o disposto nos termos do art. 2º, da Lei nº 762/94, datada de 30 de setembro de 1994, requisito a Vossa Excelência a utilização da sala destinada à realização da sessão plenária da Câmara Municipal de Tremembé, além de disponibilização de equipamentos de som e áudio que forem necessários, **para o dia 02 de dezembro de 2021 (02/12/2021)** a partir das 08:00 horas, a fim de serem realizados os julgamentos do Tribunal do Júri (que terá início às 13:30 horas), em face do réu abaixo qualificado(a)(s):

Réu: **EVANDRO FERREIRA DE MORAIS**, RG 32264457, pai PEDRO FERREIRA DE MORAIS JUNIOR, mãe LENI DA SILVA MORAIS, Nascido/Nascida em 14/01/1985, com endereço à Rua Antonio Maria, 370, tel. cel. recado irmã Cibele (12) 99232-3598, Centro, CEP 12120-000, Tremembe - SP

Nesta oportunidade apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a).** Antonia Maria Prado de Melo

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Tremembé
TREMEMBÉ/SP.

Ciente 14/09/21

Anderson Godoi
Presidente

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LIGIA MORGADO CAVALCA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1500039-63.2020.8.26.0634 e o código B98A6A9.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Tremembé
FORO DE TREMEMBÉ
1ª VARA
Rua Costa Cabral, 1183, ., Centro - CEP 12120-000, Fone: (12) 3672-3554, Tremembe-SP - E-mail: tremembe1@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº:	**0001134-13.2017.8.26.0634**
Classe – Assunto:	**Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado**
Documento de Origem:	**Inquérito Policial, Boletim de Ocorrência - 65/2017 - DEL. POL. TREMEMBE, 179/2017 - DEL. POL. TREMEMBE**
Autor:	**Justiça Pública**
Réu:	**Jonatas Augusto da Cruz Messias**
Vítima:	**Leandro da Luz Faria (Plenário) e outro**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Tremembe, 10 de setembro de 2021.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, considerando o disposto nos termos do art. 2º, da Lei nº 762/94, datada de 30 de setembro de 1994, requisito a Vossa Excelência a utilização da sala destinada à realização da sessão plenária da Câmara Municipal de Tremembé, além de disponibilização de equipamentos de som e áudio que forem necessários, **para o dia 25 de novembro de 2021 (25/112021)** a partir das 08:00 horas, a fim de serem realizados os julgamentos do Tribunal do Júri (que terá início às 13:30 horas), em face do réu abaixo qualificado(a)(s):

Réu: **JONATAS AUGUSTO DA CRUZ MESSIAS**, (Alcunha: Alemão), Brasileiro, Casado, Ajudante Geral, RG 45.848.320-5, CPF 41[illegible]23.268-57, pai Laerte Messias, mãe Adriana Patrícia da Cruz Messias, Nascido/Nascida em 28/02/1995, de cor Branco, natural de Tremembe - SP, Outros Dados: RG 41.895.126, com endereço à Rua dos Crisântemos, 122, Flor do Vale, CEP 12120-000, Tremembe - SP

Nesta oportunidade apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a).** Antonia Maria Prado de Melo

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Tremembé
TREMEMBÉ/SP.

Ciente 14/09/21

Anderson Godoi
Presidente

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LIGIA MORGADO CAVALCA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0001134-13.2017.8.26.0634 e o código B987F33.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Tremembé
FORO DE TREMEMBÉ
1ª VARA
Rua Costa Cabral, 1183, ., Centro - CEP 12120-000, Fone: (12) 3672-3554, Tremembe-SP - E-mail: tremembe1@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº:	**0002150-36.2016.8.26.0634**
Classe – Assunto:	**Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples (Crime Culposo)**
Documento de Origem:	**Inquérito Policial, Boletim de Ocorrência - 187/2016 - Delegacia de Polícia de Tremembé, 619/2016 - Delegacia de Polícia de Tremembé**
Autor:	**Justiça Pública**
Réu:	**Alexsander Junior Melo de Castro Soares**
Vítima:	**CARLOS ALBERTO JUNIOR DA COSTA**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Tremembe, 10 de setembro de 2021.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, considerando o disposto nos termos do art. 2º, da Lei nº 762/94, datada de 30 de setembro de 1994, requisito a Vossa Excelência a utilização da sala destinada à realização da sessão plenária da Câmara Municipal de Tremembé, além de disponibilização de equipamentos de som e áudio que forem necessários, **para o dia 18 de novembro de 20121 (18/11/2021)** a partir das 08:00 horas, a fim de serem realizados os julgamentos do Tribunal do Júri (que terá início às 13:30 horas), em face do réu abaixo qualificado(a)(s):

Réu: **ALEXSANDER JUNIOR MELO DE CASTRO SOARES**, Brasileiro, Solteiro (Oficina do Rodrigo - Gurilândia), RG 54169789-4, pai Alexsander de Castro Soares, mãe Llucia Melo de Castro Soares, Nascido/Nascida em 02/03/1996, natural de Pindamonhangaba - SP, Outros Dados: 98152-6322, com endereço à Rua José Teófilo da Cruz, 921, Água Quente, Taubaté - SP

Nesta oportunidade apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a).** Antonia Maria Prado de Melo

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Tremembé
TREMEMBÉ/SP.

Ciente 14/09/21

Anderson Godoi
Presidente

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANTONIA MARIA PRADO DE MELO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0002150-36.2016.8.26.0634 e o código B9802D7.

CIENTE

SINDICATO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

Rua Major Zanani, 271, Centro – Tremembé-SP - Telefone; 3672-1697

Tremembé, 31 de agosto de 2021.

Exmo. Sr.
Anderson Aparecido de Godoi
DD. Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente:

Vimos à presença de Vossa Excelência, através deste, comunicar que a **Entidade Sindical**, em parceria com a **Associação Santa Casa de Saúde**, estará oferecendo a todos os **empregados públicos da municipalidade** (Prefeitura e Câmara), sem o vínculo do empregado ser filiado à entidade, a oportunidade de **adesão ao Plano Santa Casa Saúde**, num valor significativamente menor ao plano que é oferecido aos interessados que procuram a associação para firmar adesão individualmente. O Sindicato, como representante da categoria, será o contratante dos serviços prestados pela Associação Santa Casa de Saúde, aos empregados públicos municipais e dependentes (agregados) que firmarem a adesão ao Plano Santa Casa Saúde e, a **Prefeitura Municipal**, na qualidade de órgão empregador, será o **responsável pelos descontos em folha de pagamento mensal das adesões firmadas e pelo repasse dos valores descontados mensalmente para essa modalidade de Plano de Saúde ao Sindicato, em dois dias após a liberação do pagamento de cada mês**. Esse repasse deverá ser separado daquele que a Prefeitura faz mensalmente para a mensalidade de filiação sindical dos empregados que autorizaram os respectivos descontos mensais. O Setor de **Recursos Humanos da Prefeitura receberá do Sindicato a primeira lista de adesões ao Plano Santa Casa Saúde, com as devidas autorizações expressas de cada empregado para efetuar os descontos mensais, continuamente, até que seja encaminhado lista de cancelamento da adesão, quando deixar de ser do interesse do empregado a continuidade da adesão**. No fechamento da folha de pagamento mensal, o **Recursos Humanos emitirá relação de todos os descontos efetuados no pagamento de cada mês, a título de Adesão – Plano de Saúde e valor descontado.**

Na certeza de que estamos proporcionando aos empregados públicos municipais a oportunidade de poder ter e oferecer aos seus familiares um acolhimento melhor à saúde individual e/ou familiar com essa oportunidade de adesão. Segue anexo, cópia da tabela enviada pela Associação Santa Casa de Saúde, com todos os dados comparativos para análise e conhecimento, análise e aprovação dessa parceria na adesão ao Plano Santa Casa.

Atenciosamente,

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº 1274
Data 01/09/21

ELIANA MARIA SALES DE TOLEDO
Presidente

CIENTE
em 03/09/21
Presidente

Orçamento Rede Ampla (Rede Indicada + Credenciada)

Data: 29/07/2021 Orçamento válido por 30 dias

Empresa: Sindicato dos Empreg Púb. Mun. Da Estância Turística de Tremembé

Contratação: Coletivo por Adesão

Canal de Comercialização

Corretora Credenciada: SYG Saúde Benefícios Corretora

Contato: Pedro Nakachima

Observações: (12) 98259-8257

	Planos Com coparticipação		Planos Sem Coparticipação	
Rede:	Rede Indicada + Rede Credenciada		Rede Indicada + Rede Credenciada	
Atendimento:	Regional (consulte o guia médico)		Regional (consulte o guia médico)	
Acomodação Hospitalar:	Enfermaria	Apartamento	Enfermaria	Apartamento
Nome do Plano:	Livre Enfermaria	Livre Apartamento	Plus	Pleno
Faixa Etária	Mensalidade	Mensalidade	Mensalidade	Mensalidade
00-18	R$ 154,71	R$ 193,38	R$ 164,00	R$ 205,00
19-23	R$ 170,17	R$ 212,72	R$ 205,00	R$ 256,25
24-28	R$ 190,79	R$ 238,49	R$ 239,17	R$ 298,96
29-33	R$ 201,09	R$ 251,39	R$ 247,72	R$ 309,64
34-38	R$ 216,57	R$ 270,72	R$ 290,42	R$ 363,02
39-43	R$ 247,52	R$ 309,40	R$ 307,51	R$ 384,38
44-48	R$ 340,31	R$ 425,41	R$ 384,38	R$ 480,47
49-53	R$ 371,24	R$ 464,06	R$ 401,46	R$ 501,82
54-58	R$ 433,15	R$ 541,43	R$ 615,01	R$ 768,76
59-+	R$ 742,56	R$ 928,20	R$ 760,21	R$ 950,26

Vantagens dos planos com Rede Ampla

A melhor Rede Credenciada da Região!

18 Hospitais Credenciados no Vale do Paraíba e Litoral Norte Paulista;

Atendimento Eletivo no Vale do Paraíba e Litoral Norte, com acesso à rede de credenciamento completa da Santa Casa Saúde

Ampla Rede de Médicos e Serviços credenciados garantindo qualidade e agilidade no atendimento;

Opções de Contratação de Planos com acomodação hospitalar em **Apartamento (Individual)**;

Atendimento Nacional para Urgência e Emergência através da **Rede ABRAMGE**, presente em mais de 22 Estados Brasileiros e **Rede Saúde Filantrópica**;

ANS - Nº 41924-9

atendimento abramge

PLANO LIVRE	Coparticipações
Consultas Eletivas	R$ 20,00
Pronto-atendimento	R$ 25,00
Exames/Procedimentos e Terapias Simples	R$ 4,00
Exames/Procedimentos e Terapias Especiais	R$ 20,00
Internações	R$ 80,00



Autorização de pedidos médicos sem sair de Casa

Aplicativo Exclusivo!

GET IT ON Google Play

Carências

Durante o período de adesão
- Urgências e Emergências: IMEDIATO
- Consultas e Exames/Procedimentos Simples: IMEDIATO
- Exames/Procedimentos/Terapias Especiais: IMEDIATO
- Internações e Cirurgias: IMEDIATO
- Parto a Termo: IMEDIATO
- Doenças / Lesões Preexistentes(*): 24 meses

Findo o período de adesão
- Urgências e Emergências: 24 horas
- Consultas e Exames/Procedimentos Simples: 30 dias
- Exames/Procedimentos Especiais / Terapias: 180 dias
- Internações e Cirurgias: 180 dias
- Parto a Termo: 300 dias
- Doenças / Lesões Preexistentes(*): 24 meses

(*) Todos os beneficiários deverão responder Declaração de Saúde no(s) local(ais) indicado(s) pela Operadora.

Documentos Necessários para a Contratação do Plano

DO SINDICATO
- Cartão CNPJ
- Estatuto e Atas
- Documentos de quem assina pela Entidade (RG + CPF + Cartão SUS)

DOS SÓCIOS+ DEPENDENTES (de todos os beneficiários)

DO SÓCIO:
- Comprovante de Asssociação / RG / CPF /Comprovante de Endereço / Cartão SUS

DOS DEPENDENTES:

Cônjuge:
- RG / CPF / Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável / Cartão SUS

Filhos/Enteados até 21 anos:
- RG / CPF / Cartão SUS /Para nascidos após 2010 é obrigatória a Certidão de Nascimento

Filhos/Enteados até entre 21 e 24 anos:
- RG / CPF / Cartão SUS / Comprovante de vínculo estudantil

Regras Especiais para Internações Psiquiátricas

Em caso de internações psiquiátricas haverá a cobrança de 50% (cinquenta por cento), incidentes sob o valor dos serviços utilizados, observados os tetos dos normativos editados pela ANS vigentes à época da contratação, quando ultrapassados 30 (trinta) dias de internação, contínuos ou não, no transcorrer de 01 (um) ano da adesão ao Contrato.

RVDT/Of.182/21

Taubaté, 20 de agosto de 2021

Prezado Senhor,

Em atenção ao ofício 158/2021, informamos que, no período de 13 a 16 de agosto de 2021, não tivemos registros de reclamação por falta de água no bairro informado. Nesse período tivemos o registro de uma reclamação por falta de água na Rua Ciro da Conceição, bairro do Padre Eterno.

Sendo o que nos apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Edimar Luiz Carneiro
Encarregado do Posto de Operação – Sabesp Tremembé

Engº Claudio Katayama
Gerente de Divisão

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº _____
Data 02/09/21

Ilmo. Sr.
Vereador Presidente Anderson Godoi
Câmara Municipal
Tremembé – SP

cesg

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp
Gerência Divisional de Taubaté
Rua Vicente Testa, nº 1 – Jabuticabeiras –Taubaté – SP.
Tel. 55 (12) 3634-3030
www.sabesp.com.br

Secretária da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Polícia Judiciária São Paulo Interior - DEINTER 1
Delegacia Seccional de Polícia de Taubaté
Delegacia de Policia de Tremembé

Ofício: *nº 634 /2021*
Referência: RDO 384/2021 (citar esta referência)

Tremembé, 11 de AGOSTO de 2021.

Ilmo Sr(a) Presidente (a)

Com a finalidade INTIMAR a pessoa de RENATO VARGAS, que ora figura como vereador desta urbe, para comparecer na data de 09 de setembro de 2021, ás 14:00 na Delegacia de Polícia de Tremembé, para que preste depoimento acerca da ocorrência supra citada.

Na oportunidade, apresento protestos de estima e consideração.

CARLOS EDUARDO NASCIMENTO
Delegado de Polícia

Ao (a) Ilmo (a) Sr. (a)
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES
DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ-SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº 1237
Data 27/03/21

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Tremembé
FORO DE TREMEMBÉ
1ª VARA
Rua Costa Cabral, 1183, ., Centro - CEP 12120-000, Fone: (12) 3672-3554, Tremembe-SP - E-mail: tremembe1@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO – JÚRI REDESIGNADO

Processo Digital nº:	**0000267-20.2017.8.26.0634**
Classe – Assunto:	**Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida**
Documento de Origem:	**Inquérito Policial, Boletim de Ocorrência - 438/2016 - Delegacia de Polícia de Tremembé, 5367/2016 - Delegacia de Polícia de Tremembé**
Autor:	**Justiça Pública**
Réu:	**DIEGO GONÇALVES DE SOUZA**
Vítima:	**Mauro Cesar Toledo**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Tremembe, 11 de maio de 2021.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, considerando o disposto nos termos do art. 2º, da Lei nº 762/94, datada de 30 de setembro de 1994, requisito a Vossa Excelência a utilização da sala destinada à realização da sessão plenária da Câmara Municipal de Tremembé, bem como a disponibilização de aparelhagem de som e microfones, **para o dia 26 de agosto de 2021 (26/08/2021)** a partir das 08:00 horas, a fim de serem realizados os julgamentos do Tribunal do Júri (que terá início às 13:30 horas), em face do réu abaixo qualificado(a)(s):

Réu: DIEGO GONÇALVES DE SOUZA, Brasileiro, RG 0344992858, CPF 268.270.288-01, pai Ademir Gonçalves de Souza, mãe Maria Izabel de Moraes Souza, Nascido/Nascida em 04/08/1979, de cor Branco, natural de Taubaté - SP. Local de prisão: Penitenciária Compacta de Lavínia II - Estrada Municipal Lavínia 020 - Sentido Bairro Tabajara, km 3 - CEP 16850-000, Lavinia - SP, 18 36981704.

Nesta oportunidade apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a).** Antonia Maria Prado de Melo

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ciente 20/08/21

Anderson Godoi
Presidente

Ao Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Tremembé
TREMEMBÉ/SP.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LIGIA MORGADO CAVALCA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000267-20.2017.8.26.0634 e o código AD20CE5.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Tremembé
FORO DE TREMEMBÉ
1ª VARA
Rua Costa Cabral, 1183, ., Centro - CEP 12120-000, Fone: (12) 3672-3554, Tremembe-SP - E-mail: tremembe1@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº:	**1501572-57.2020.8.26.0634**
Classe – Assunto:	**Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples**
Documento de Origem:	**Inquérito Policial, Portaria, Boletim de Ocorrência, Ofício, Boletim de Ocorrência, Inquérito Policial - 2100479-72.2020-130411 - DEL.POL.TREMEMBE, 7281545 - DEL.POL.TREMEMBE, 1271/20/516 - DEL.POL.TREMEMBE, 2100479 - DEL.POL.TREMEMBE, 1271/2020 - DEL.POL.TREMEMBE, 107/2020 - DEL.POL.TREMEMBE**
Autor:	**Justiça Pública**
Réu:	**VINICIUS KAUAN CUBA COIMBRA e outro**
Vítima:	**LUIZ GUSTAVO DE SALES ROSA**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Tremembe, 01 de julho de 2021.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, considerando o disposto nos termos do art. 2º, da Lei nº 762/94, datada de 30 de setembro de 1994, requisito a Vossa Excelência a utilização da sala destinada à realização da sessão plenária da Câmara Municipal de Tremembé, **para o dia 16 de setembro de 2021 (16/09/2021)** a partir das 08:00 horas, a fim de serem realizados os julgamentos do Tribunal do Júri (que terá início às 13:30 horas), em face do réu abaixo qualificado(a)(s):

Réu: **VINICIUS KAUAN CUBA COIMBRA**, Solteiro, Não informada, RG 54736497, pai JUARI DE SOUZA COIMBRA, mãe LUCIANA CARMEN CUBA, Nascido/Nascida em 06/05/2000. Local de prisão: Centro de Detenção Provisória de Taubaté - Av. Amador Bueno da Veiga, 5000, Gurilandia - CEP 12062-400, Taubaté - SP, 12 3608 7900. Endereço: R PADRE SILVINO VICENTE KUNZ, 56, PQ S LUIZ, R PADRE SILVINO VICENTE KUNZ, TAUBATE - SP **e outro réu**

Nesta oportunidade apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a).** Antonia Maria Prado de Melo

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Tremembé
TREMEMBÉ/SP.

Anderson Godoi
Presidente

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANTONIA MARIA PRADO DE MELO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1501572-57.2020.8.26.0634 e o código B24E2DD.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Tremembé
FORO DE TREMEMBÉ
1ª VARA
Rua Costa Cabral, 1183, ., Centro - CEP 12120-000, Fone: (12) 3672-3554, Tremembe-SP - E-mail: tremembe1@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº:	**0003144-64.2016.8.26.0634**
Classe – Assunto:	**Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado**
Documento de Origem:	**Inquérito Policial, Boletim de Ocorrência - 249/2016 - Delegacia de Polícia de Tremembé, 915/2016 - Delegacia de Polícia de Tremembé**
Autor:	**Justiça Pública**
Réu:	**Rafael Braga Leite e outro**
Vítima:	**Jane Gonçalves e outro**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Tremembe, 18 de agosto de 2021.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, considerando o disposto nos termos do art. 2º, da Lei nº 762/94, datada de 30 de setembro de 1994, requisito a Vossa Excelência a utilização da sala destinada à realização da sessão plenária da Câmara Municipal de Tremembé, além de disponibilização de equipamentos de som e áudio que forem necessários, **para o dia 30 de setembro de 2021 (30/09/2021)** a partir das 08:00 horas, a fim de serem realizados os julgamentos do Tribunal do Júri (que terá início às 13:30 horas), em face do réu abaixo qualificado(a)(s):

Réu: **JONATAN SANT'ANA ALVES DA SILVA**, Brasileiro, RG 46220273, pai Edson Alves da Silva, mãe Isabel de Sant' Ana, Nascido/Nascida em 26/12/1989, de cor Pardo, natural de Taubaté - SP, com endereço à Rua Antonio Candido de Oliveira Filho, 725, Espl Santa Terezinha, Taubaté - SP

Nesta oportunidade apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a).** Antonia Maria Prado de Melo

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

20/08/21

Anderson Godoi
Presidente

Ao Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Tremembé
TREMEMBÉ/SP.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANTONIA MARIA PRADO DE MELO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0003144-64.2016.8.26.0634 e o código B73B42B.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nº Inquérito: 2180321 **Ano:** 2021 **Delegacia:** DEL.POL.TREMEMBE

OFÍCIO

Ofício nº 463 **/2021**

Ref.: IP 173/2021 – RDO 37/21 Plantão Taubaté/SP

Tremembé/SP, 05 de julho de 2021.

Prezado Senhor,

Requisito que Vossa Senhoria nos apresente o **Vereador Sílvio Monteiro** para ser ouvido na condição de testemunha, nos autos em epígrafe, no **dia 18 de agosto de 2021 às 14h30min**, oportunidade em que deverá apresentar cópia do Ofício nº 78/2020 datado de 21 de dezembro de 2020 encaminhado para a EDP Bandeirante.

Ao ensejo, renovo a Vossa Senhoria meus protestos de elevada estima e consideração.

CARLOS EDUARDO NASCIMENTO

Delegado de Polícia

Ao Ilmo. Sr. Presidente da

Câmera de Vereadores de Tremembé/SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº 2035/21
Data 08/07/21

Câmara Municipal de Caraguatatuba
Estância Balneária
Estado de São Paulo
Gabinete da Presidência

Caraguatatuba, 13 de janeiro de 2.021.

Ofício nº 001/2.021

Assunto: Composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caraguatatuba para o Biênio 2.021-2.022.

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Presidente,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio do presente ofício, mui respeitosamente, comunicar a Vossa Excelência a Composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caraguatatuba de Vereadores da Estância Balneária de Caraguatatuba para o biênio de 2.021 a 2.022, para conhecimento e ciência.

Presidente: Renato Leite Carrijo de Aguilar (Tato Aguilar) - PSD

Vice-Presidente: Jameson Duarte (Chick Show) - PRTB

1º Secretário: Aguinaldo Pereira da Silva Santos (Aguinaldo Butiá) - MDB

2º Secretário: Gildeilson Santos (Dé Construtor) – PSC

Vereadores (2021-2024): Cristian Alves de Godoi (Baduca Filho) – MDB / Marcos Roberto de Souza (Marcos Kinkas) – PSD / Francisco Carlos Marcelino (Carlinhos da Farmácia) – PSD / Oswaldo Pimenta de Melo Neto (China) - PSD - (Suplente) / Gildeilson Santos (Dé Construtor) – PSC / Jair Araujo da Silva – PP / Cristian Oliveira de Souza (Cristian Bota) – PP / Marcelo Lanzellotte Pereira – PV / Vera Lúcia de Moraes Santanna – PV / Islando Ramos Pereira (Bigode) - PV – (Suplente) / Aurimar Mansano – PTB / Fernando Augusto da Silva Ferreira - (Fernando Cuiu) –PSDB / Celso Pe eira – PSDB / Antônio Carlos da Silva Junior – PSDB.

Aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de elevada consideração e estima.

RENATO LEITE CARIJO DE AGUILAR

PRESIDENTE

Secretária da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Polícia Judiciária São Paulo Interior - DEINTER 1
Delegacia Seccional de Polícia de Taubaté
Delegacia de Policia de Tremembé

Ofício: *nº 338 /2021 eaa*
Referência: RDO 384/2021 (citar esta referência)

Tremembé 20 de maio de 2021.

Exmo (a) Sr(a) Presidente da Câmara,

Solicito o comparecimento de Vossa Excelência para Depoimento nesta Distrital no dia **08 de junho de 2021 às 10h:00.**

Na oportunidade, apresento protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

CARLOS EDUARDO NASCIMENTO
Delegado de Polícia

Ao Exmo Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Tremembé/SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº 808
Data 28/05/21

www.policiamilitar.sp.gov.br
cpi1@policiamilitar.sp.gov.br

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

São José dos Campos, 04 de janeiro de 2021.

OFÍCIO N° CPI1- 011/500/21

Do Comandante do Policiamento do Interior – 1

Ao Sr. Anderson Aparecido de Godoi, Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Tremembé.

Assunto: Congratulações.

O Comando de Policiamento do Interior Um, parabeniza Vossa Excelência pelo pleito vencido. Sabemos que a região tem uma relevante importância no cenário nacional e estar na linha de frente de um dos municípios do Cone Leste Paulista é poder influir no futuro do país. Assim, confiamos em um trabalho forte e em conjunto para a manutenção da Ordem Pública.

DINAEL CARLOS MARTINS

Cel PM Comandante

Câmara Municipal de São José dos Campos

Rua Desembargador Francisco Murilo Pinto, 33
Vila Santa Luzia – São José dos Campos – SP
CEP 12.209-535 – Tel.: (12) 3925.6566
Email: camara@camarasjc.sp.gov.br

Ofício nº 000011

Em 25 de janeiro de 2021.

Senhor (a)

Temos a satisfação de comunicar a Vossa Senhoria a composição da nova Mesa Diretora que dirigirá os trabalhos legislativos no biênio 2021/2022.

PRESIDENTE: Vereador ROBERTINHO DA PADARIA (CIDADANIA)
1º VICE-PRESIDENTE: Vereador JUVENIL SILVÉRIO – PSDB
2º VICE-PRESIDENTE: Vereador LINO BISPO – PL
1º SECRETÁRIO: Vereador MARCÃO DA ACADEMIA - DEMOCRATAS
2º SECRETÁRIO: Vereador MARCELO GARCIA - PTB

Aproveitamos o ensejo para informar Vossa Senhoria que as sessões da Edilidade se realizam às terças e quintas-feiras, a partir das 17h30, e que são transmitidas ao vivo pelo canal 7 da TV a cabo NET ou 9 da VIVO. Pela internet, acesse: www.camarasjc.sp.gov.br/tv-camara/.

Cordialmente.

VEREADOR ROBERTINHO DA PADARIA (CIDADANIA)
Presidente

Ciente

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº 892
Data 09/06/21

RVDT/Of.122/21

Taubaté, 08 de junho de 2021

Prezados Senhores,

Em atenção ao ofício 014/2021, informamos que, em virtude de parada no fornecimento de energia pela Concessionária EDP, na quinta-feira, dia 20/5/2021, entre 9h30 às 15h, a captação de água em Tremembé foi prejudicada, afetando o abastecimento do município e também de Taubaté e parte de Caçapava.

No dia 19/05/21, a Sabesp enviou comunicado à imprensa regional a respeito da parada que ocorreria no dia seguinte. O comunicado foi enviado a Rádios, TVs, sites, portais e impressos, nestes termos:

Comunicado Utilidade Pública
Interrupção programada de energia pode afetar abastecimento em Taubaté, Tremembé e Caçapava nesta quinta
Sabesp recomenda uso consciente de água

(19/5/2021) Em virtude de parada no fornecimento de energia programada pela Concessionária EDP nesta quinta-feira (20/5) das 9h30 às 14h30, a captação de água em Taubaté será prejudicada, podendo afetar o abastecimento do município e também de Tremembé e parte de Caçapava.

A Sabesp recomenda o uso consciente da água armazenada nas caixas-d'água das residências até a recuperação do sistema de distribuição de água, que acontecerá, inicialmente, de maneira gradativa.

Durante o período sem energia, que interromperá o funcionamento do sistema de abastecimento temporariamente, a Sabesp dará continuidade aos serviços necessários à implantação do novo reservatório em Taubaté, com capacidade de 6 milhões de litros, e interligações de reservatórios e adutoras.
A Sabesp está investindo R$ 7,1 milhões na construção desse novo reservatório em concreto armado circular apoiado, que está em fase de interligações aos reservatórios já existentes e às tubulações de distribuição de água tratada. O novo reservatório vai ampliar a oferta e reserva de água potável e beneficiará diretamente mais de 350 mil pessoas em Taubaté, Tremembé e Caçapava logo que entrar em operação, o que está previsto para acontecer ainda neste ano.

CIENTE
em 22/06/2021
Presidente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp
Gerência Divisional de Taubaté
Rua Vicente Testa, nº 1 – Jabuticabeiras –Taubaté – SP.
Tel. 55 (12) 3634-3030
www.sabesp.com.br

Ir. Regina Maria
Carmelo da Santa Face e Pio XII
Rua Pio XII, 48, N. Senhora da Guia, Tremembé-SP.

Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tremembé,
Anderson Aparecido de Godoi e aos Exmos. Srs. Vereadores.

ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA CARMELO DA SANTA FACE E PIO XII
CNPJ: 72533904/0001-93
RUA PIO XII, 48 – TREMEMBÉ /SP

Tremembé, 01 de junho de 2021

Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tremembé, Anderson Aparecido de Godoi e aos Exmos. Srs. Vereadores,

Com sincera gratidão, informamos o recebimento do ofício em que Vossas Excelências nos manifestaram condolências por ocasião do falecimento de nossa Ir. Maria Ismênia de São José, no século, Maria de Lourdes Cavalcanti Vieira. Agradecemos pela cordialidade, demonstrada no minuto de silêncio em sua homenagem.

Rogamos ao Senhor Bom Jesus que, por intercessão da "Carminha de Tremembé", continue auxiliando-os nos serviços prestados ao povo tremembeense. Asseguramos nossas orações as Vossas Excelências. Que o Senhor lhes abençoe.

Atenciosamente,

Ir. Regina Maria do Coração misericordioso

Ir. Regina Maria do Coração Misericordioso
(Priora)

Ciente, 01/06/21.

Anderson Godoi
Presidente

CIENTE

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ – SP.

ADRIANO DOS SANTOS, vereador, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, protocolar seu pedido de **RENÚNCIA** ao cargo de **1º Secretário.**

Esclareço que tenho interesse em participar em Comissões Temporários e Permanentes, desta Casa de Leis, e esta participação é vedada regimentalmente ao Presidente e ao 1º Secretário.

Tremembé, 26 de março de 2021.

ADRIANO DOS SANTOS
VEREADOR

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº 426/21
Data 26/03/21

CIENTE
em 29/03/21
Presidente

Considerando a renúncia do Senhor Adriano dos Santos ao Cargo de 1º Secretário convoco a todos para nova eleição, para o referido cargo, no início da próxima sessão ordinária desta Casa, a ser realizada no dia 5 de abril próximo. Já ficam todos os senhores cientes de que os interessados em concorrer ao cargo vago de 1º Secretário deverão se manifestar por escrito até às 17 horas do dia 31 de março, quarta-feira, junto à Secretaria desta Casa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

São Paulo, 11 de março de 2021

CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ
Exmo(a) Senhor(a) Presidente

Prezado(a)

Com alegria e satisfação envio este material que resume as principais realizações do nosso mandato frente a presidência do maior parlamento estadual da América Latina: a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Foi uma honra ter conduzido o Parlamento Paulista nos últimos quatro anos. Nossas ações sempre foram pautadas pelos pilares da inovação, transparência e austeridade.

Fazer mais com menos e estar preparado para o futuro. Estes são os desafios de todo gestor público. A caminhada exigiu perseverança, mas tenho convicção que o objetivo foi alcançado. O trabalho que executamos preparou o Legislativo Paulista para os próximos 20 anos.

Trouxemos modernidade para garantir transparência, mas não abrimos mão da austeridade. Hoje o custo da Casa voltou aos mesmos patamares de 10 anos atrás.

No ano da pandemia, cumprimos nosso dever ao realizar a maior devolução de recursos da história da Casa. Foram mais de R$ 200 milhões para a saúde.

Imprimimos nossa marca e demos nossa contribuição para melhorar o Parlamento que é casa de todos os paulistas. Agora é o momento de passar o bastão. Que o próximo presidente, eleito pelas deputadas e deputados tenha sucesso na empreitada. De nossa parte, como homem público, continuaremos com nossa responsabilidade de levantar a cada dia com um só objetivo: trabalhar para melhorar a vida das pessoas. Principalmente de quem mais precisa.

Forte abraço,

Cauê Macris
Presidente

RVDT/Of.071/21

Taubaté, 12 de março de 2021

Prezado Senhor,

Em atenção ao ofício 02/2021, solicitando informações sobre a estação elevatória de esgotos localizada no Residencial Flamboyant, temos a informar que a referida estação está com seu funcionamento dentro da normalidade.

Sendo o que nos apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Edimar Luiz Carneiro
Encarregado do Posto de Operação – Sabesp Tremembé

Engº Claudio Katayama
Gerente de Divisão

Ilmo. Sr.
Vereador Ricardo Alexandre Toledo
Câmara Municipal
Tremembé – SP

cesg

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp
Gerência Divisional de Taubaté
Rua Vicente Testa, nº 1 – Jabuticabeiras – Taubaté – SP.
Tel. 55 (12) 3634-3030
www.sabesp.com.br

Dom Wilson Luís Angotti Filho
por mercê de Deus e da Sé Apostólica
Bispo Diocesano de Taubaté

Taubaté, 05 de janeiro de 2021.

Ex.mo Sr. Anderson Aparecido de Godói
DD. Presidente da Câmara Municipal de Tremembé

No inicio da nova legislatura, na qualidade de Bispo Diocesano, é me grato dever apresentar-me perante Sua Excelência para, cordialmente cumprimentá-lo por ter sido escolhido para estar à frente, coordenando os trabalhos desta Casa Legislativa.

Em sua pessoa, saúdo também a cada um dos Ilmos. Vereadores que, eleitos no último pleito, assumem ou retomam esta missão de particular significado para a Cidade. Suas escolhas são expressão da vontade de um povo que, exercendo sua cidadania, democraticamente, deposita em V.S.ªs confiança e esperança do autêntico desenvolvimento social que acolhe e promove todos os cidadãos.

Aos cumprimentos acrescento também meus melhores votos. Missão honrosa, mas também desafiadora e onerosa, vai exigir de V.S.ªs particular criatividade, exercício de suas funções específicas sempre voltado para o bem comum, fidelidade aos ideais mais elevados, correspondendo assim às necessidades e expectativas de toda uma população. Tendo bem presente a missão dos Senhores e o difícil e complexo contexto em que nos situamos, desejo-lhes pleno êxito em seus trabalhos.

A Igreja não pode ser omissa em sua colaboração com o poder público, especialmente naquelas ações que visem à promoção da vida e do bem comum, e por isso encarece a generosa colaboração de todos. Nossa Diocese, também através de suas Paróquias, coloca-se à disposição para colaborar com os Senhores em tudo o que for conforme nossa missão e estiver ao nosso alcance. Servir é nossa missão comum.

Sr. Presidente, com apreço e elevada consideração apresento-lhe minha mais cordial saudação e solicito-lhe que seja intérprete dos meus cumprimentos a todos os digníssimos Vereadores.

Dom Wilson Angotti

Dom Wilson Luís Angotti Filho
Bispo Diocesano de Taubaté

Av. Prof. Moreira, 327, Jd das Nações – 12030-070 Taubaté, SP Brasil
secretariaepiscopal@diocesedetaubate.org.br - Tel. 55 (12) 3633.1761

ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA CARMELO DA SANTA FACE E PIO XII
CNPJ: 72533904/0001-93
RUA PIO XII, 48 – TREMEMBÉ /SP

Tremembé, 4 de janeiro de 2021

Aos Exmos. Srs. Vereadores,

Câmara Municipal de Tremembé,

Por ocasião da posse de Vossas Excelências nos honrosos cargos na Câmara Municipal de Tremembé, nesta última sexta-feira (1), nós, carmelitas descalças, manifestamos nosso apoio e congratulações no início deste mandato.

Rogamos ao Senhor Bom Jesus que, por intercessão da "Carminha de Tremembé", conceda-lhes sabedoria no desempenho da função legislativa junto ao povo Tremembeense. Asseguramos nossas orações as Vossas Excelências e respectivas famílias.

Atenciosamente,

Irmã Regina Maria do Coração Misericordioso

Ir. Regina Maria do Coração Misericordioso
(Priora)

Associação Comercial e Industrial de Tremembé

CNPJ 08.199.778/0001-83
Rua Sete de Setembro, 202 – Centro - Tel. (12) 3672-2020
/

Of. nº 02/2021

Tremembé 04 de fevereiro de 2021

Exmo. Senhor
Anderson Aparecido de Godói
Presidente da Câmara de Vereadores da Estância Turística de Tremembé

Assunto: LEI Nº 7.435, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2.021

Excelentíssimo Senhor Presidente

A ACITRE -Associação Comercial e Industrial de Tremembé vem através de seu Presidente Marco Antonio Nogarotto, solicitar a análise da LEI Nº 7.435, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2.021 que "Reconhece diversas atividades como essenciais para a população de Bauru". Sendo assim solicitamos a esta Casa a apreciação desta LEI para que possamos implantar em nossa cidade. Pedimos urgência em decorrência da grande dificuldade que nossas empresas vêm enfrentando.

Sem mais no momento, aproveito para apresentar nossos agradecimentos!

Cordialmente

Ciente em 04/02/21
ANDERSON GODOI
PRESIDENTE

Marco Antonio Nogarotto
Presidente da Acitre

Câmara Municipal de Bauru
Praça D. Pedro II, 1-50 - Centro - CEP 17015-230 - Fone: (14) 3235-0600

PROC. Nº 024151
FOLHAS 1

BAURU
CORAÇÃO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI

Reconhece como essenciais para a população de Bauru as atividades desenvolvidas por academias, comércio varejista, bares e restaurantes, salões de beleza, cabeleireiros, barbearias e manicures, shoppings e praças de alimentação, escritórios e empresas no segmento da advocacia, contábil, imobiliário, corretagem de seguro e empresas de tecnologia, esporte de alto rendimento que disputem campeonatos nacionais, estaduais e internacionais e Poder Legislativo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BAURU, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidas no Município de Bauru como essenciais para a população as seguintes atividades:

I - academias;
II - comércio varejista;
III - bares e restaurantes;
IV - salões de beleza, cabeleireiros, barbearias e manicures;
V - shoppings e praças de alimentação;
VI - escritórios e empresas no segmento da advocacia, contábil, imobiliário, corretagem de seguro e empresas de tecnologia;
VII - esporte de alto rendimento que disputem campeonatos nacionais, estaduais e internacionais;
VIII - Poder Legislativo.

Parágrafo único. Os locais públicos e estabelecimentos privados que se enquadram ao disposto nesta Lei deverão seguir normas sanitárias e protocolos de saúde vigentes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bauru, 01 de fevereiro de 2021.

Antonio Carlos Domingues

Benedito Roberto Meira
Vereador

Manoel Tavares Batista

Ulisses de Oliveira Gonçalves

Erson Miguel de Jesus
Vereador

Chiara Rachel Ranzatto
Vereadora

Luiz Eduardo [illegible]

José Roberto Martins Segalla
Vereador